

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.**

*celebrado entre*

**GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.**  
*como Emissora*

**SERVTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

**RIO BRAVO ENERGIA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

**BRAVE WINDS GERADORA II S.A.**

**BRAVE WINDS GERADORA III S.A.**

*como Intervenientes*

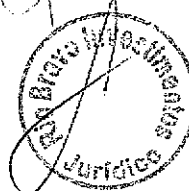
e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

---

Datado de  
13 de julho de 2015

---



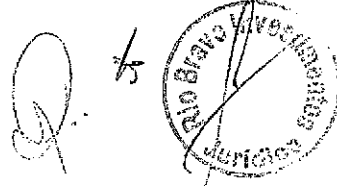
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Santos Dumont, nº 2.088, sala 407, Bairro Aldeota, CEP 60150-161, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 14.080.223/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora");
- (ii) **SERVTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Bosque, nº 1.281, Sala 2, Barra Funda, CEP 01136-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.223.866/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Servtec");
- (iii) **RIO BRAVO ENERGIA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.188.161/0001-30, neste ato representado por sua gestora **Rio Bravo Investimentos Ltda.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.864.607/0001-08, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas respectivas páginas de assinaturas do presente instrumento ("FIP");
- (iv) **BRAVE WINDS GERADORA II S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, nº 280, conjunto 611, Vila Olímpia, CEP 04552-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.913.194/0001-20, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Brave Winds II");
- (v) **BRAVE WINDS GERADORA III S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, nº 280, conjunto 611, Vila Olímpia, CEP 04552-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.259.404/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Brave Winds III") e, em conjunto com a Servtec, o FIP e a Brave Winds II, ("Intervenientes"); e
- (vi) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), agindo na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas"),

sendo a Emissora, os Intervenientes e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar e firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, em

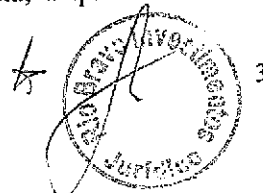


Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A." ("Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância especialmente à Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), e às seguintes cláusulas e condições.

## CLÁUSULA 1 DAS DEFINIÇÕES

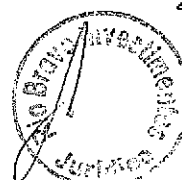
1.1. Termos definidos na presente Escritura de Emissão terão o seguinte significado:

1. "Aditamento": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.6.2);
2. "AFAC": Significa adiantamento para futuro aumento de capital;
3. "AGD": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (10.1.1);
4. "Agência de Classificação de Risco": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.18.1);
5. "Agente Fiduciário": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura de Emissão;
6. "ANBIMA": Significa a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
7. "ANEEL": Significa a Agência Nacional de Energia Elétrica;
8. "Ato de Aprovação da Emissora": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (2.1.1);
9. "Ato de Aprovação da Brave Winds II": Tem o significado que lhe é atribuído na alínea "(b)" do Item (2.2.1);
10. "Ato de Aprovação da Brave Winds III": Tem o significado que lhe é atribuído na alínea "(c)" do Item (2.2.1);
11. "Ato de Aprovação da Servtec": Tem o significado que lhe é atribuído na alínea "(a)" do Item (2.2.1);
12. "Ato de Aprovação do FIP": Tem o significado que lhe é atribuído na alínea "(d)" do Item (2.2.1);
13. "Atos de Aprovação dos Intervenientes": Tem o significado que lhe é atribuído na alínea "(d)" do Item (2.2.1);
14. "Atualização Monetária": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.2);
15. "Autorização": Significa a autorização concedida à Emissora para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha I, localizada no Município de Ibiapina, Estado do Ceará, concedida por meio da Portaria 228, conforme alterada pela Resolução Autorizativa 4.652, da ANEEL de 06/05/2014;
16. "Aviso aos Debenturistas": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.16.1);
17. "Banco Arrecadador": Significa a instituição financeira de primeira linha, a qual celebrará e



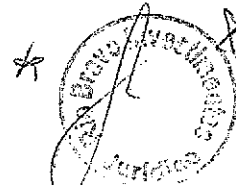
ficará responsável pela operacionalização do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

18. "Banco Liquidante": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (4.9.1);
19. "BNDES": Significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
20. "Brave Winds II": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
21. "Brave Winds III": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
22. "Carta de Fiança": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.7.1);
23. "CCEE": Significa a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
24. "CER": Significa o "Contrato de Energia de Reserva nº 159/11", na modalidade quantidade de Energia Elétrica, celebrado entre a Emissora e a CCEE;
25. "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso III do Item (5.4.1);
26. "CETIP": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.5.1);
27. "CETIP21": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.5.1);
28. "Cláusula": significa qualquer cláusula desta Escritura de Emissão;
29. "CNPJ/MF": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
30. "Código Civil": Significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
31. "Código de Processo Civil": Significa a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
32. "Conclusão do Projeto": Significa a ocorrência cumulativa da Conclusão Física do Projeto e da Conclusão Financeira do Projeto;
33. "Conclusão Financeira do Projeto": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso (ii) do Item (5.9.1);
34. "Conclusão Física do Projeto": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso (i) do Item (5.9.1);
35. "Conta Centralizadora": Significa a conta corrente constituída em benefício do BNDES, na qualidade de credor do Instrumento de Financiamento BNDES, e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, junto ao Banco Arrecadador, exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente, não movimentável pela Emissora, que detém a sua titularidade;
36. "Conta Pagamento das Debêntures": Significa a conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável por esta, aberta junto ao Banco Arrecadador, para a qual serão transferidos mensalmente da Conta Centralizadora recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda das debêntures;
37. "Conta Reserva de O&M": Significa a conta corrente constituída junto ao Banco Arrecadador, não movimentável pela Emissora, que detém a sua titularidade, para a qual será transferido até 15

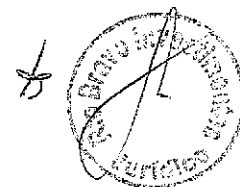


de julho de 2015, da Conta Centralizadora o valor necessário para perfazer o montante equivalente a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M;

38. "Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES": Significa a conta corrente constituída em benefício do BNDES e mantida junto ao Banco Arrecadador, não movimentável pela Emissora, que detém a sua titularidade, a ser constituída pelo saldo correspondente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação do serviço da dívida decorrente do Instrumento de Financiamento BNDES, a ser transferido da Conta Centralizadora até 15 de julho de 2015, e a partir desta data, a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida decorrente do Instrumento de Financiamento BNDES, entendendo-se a prestação do serviço da dívida aqui referida como a soma da amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrentes do Instrumento de Financiamento BNDES;
39. "Conta Reserva Especial": Significa a conta corrente constituída e mantida junto ao Banco Arrecadador, não movimentável pela Emissora, que detém a sua titularidade, a ser preenchida com os recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências especificada nos incisos I a IV do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Segunda do Instrumento de Financiamento BNDES;
40. "Conta Reserva do Serviço da Dívida de Debêntures": Significa a conta corrente constituída pela Emissora em benefício do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, mantida junto ao Banco Arrecadador, não movimentável pela Emissora, que detém sua titularidade, na qual deverá ser depositado e mantido, até a liquidação integral das Debêntures, o saldo correspondente a, no mínimo, o valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de Debêntures, entendendo-se o serviço da dívida de Debêntures como a soma da amortização do Valor Nominal Atualizado acrescida dos Juros Remuneratórios decorrentes da Debêntures;
41. "Contas Reservas": Significa, em conjunto, a Conta Centralizadora, a Conta Reserva de O&M, a Conta Reserva Especial, a Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES e a Conta Reserva do Serviço da Dívida de Debêntures, bem como quaisquer outras contas criadas e cedidas fiduciariamente no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
42. "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso III do Item (5.4.2);
43. "Contrato de Compartilhamento": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.5.1);
44. "Contrato de Distribuição": Significa o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A." a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder e seus respectivos anexos;
45. "Contrato de O&M": Tem o significado que lhe é atribuído na alínea "(b)" do inciso VI do Item (5.4.2);
46. "Contrato de Penhor de Ações": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Item (5.4.1);
47. "Contrato de Penhor de Ações da Brave Winds": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Item (5.4.1);
48. "Contrato de Penhor de Ações da Emissora": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do



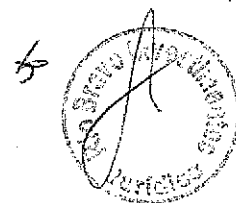
70. "Direitos Emergentes da Autorização": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso IV do Item (5.4.2);
71. "DOECE": Significa o Diário Oficial do Estado do Ceará;
72. "DOESP": Significa o Diário Oficial do Estado de São Paulo;
73. "EOL Malhadinha I": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (4.1.1);
74. "Emissão": Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3;
75. "Emissora": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
76. "Encargos Moratórios": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.13.1);
77. "Escritura de Emissão": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
78. "Escriturador": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.3.1);
79. "Escriturador Mandatário": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (4.9.1);
80. "Evento de Inadimplemento": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (7.1.1);
81. "Fiança Bancária": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.7.1);
82. "FIP": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
83. "Garantias": Significa as garantias reais previstas no Item (5.4) e a Carta de Fiança prevista no Item (5.7);
84. "Garantias Reais": Significa as Garantias Reais previstas no item (5.4.1);
85. "IBAMA": Significa o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
86. "IBGE": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20);
87. "ICSD": Significa o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado na forma do "Anexo IV" a esta Escritura de Emissão;
88. "IGP-M": Significa o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
89. "Impacto Adverso Relevante": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (11.1);
90. "Instituição Financeira Fiadora": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.7.1);
91. "Instrução CVM 28": Significa a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
92. "Instrução CVM 358": Significa a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;
93. "Instrução CVM 391": Significa a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada;



94. "Instrução CVM 409": Significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
95. "Instrução CVM 476": Significa a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
96. "Instrução CVM 539": Significa a Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada;
97. "Instrumentos de Financiamento": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.5.1);
98. "Instrumento de Financiamento BNDES": Significa o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0287.1, a ser firmado entre o BNDES e a Emissora com a interveniência de terceiros, conforme Item (5.5.1);
99. "Intervenientes": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
100. "Investidor Qualificado": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (4.7.11);
101. "IPCA": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.2);
102. "Item": Significa qualquer item desta Escritura de Emissão;
103. "Jornais de Publicação": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.1.1);
104. "JUCEC": Significa a Junta Comercial do Estado do Ceará;
105. "JUCESP": Significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;
106. "Juros Remuneratórios": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.7);
107. "Lei 4.728" Significa a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada;
108. "Lei 12.431": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
109. "Lei das Sociedades por Ações": Significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
110. "Lei de Registros Públicos": Significa a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada;
111. "Local de Pagamento": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.11.1);
112. "MDA": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (3.5.1);
113. "MME": Significa o Ministério de Minas e Energia;
114. "Número Índice Projetado": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.3);
115. "Obrigações Garantidas": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.7.2);
116. "Oferta Restrita": Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3;
117. "Parte" e "Partes": Têm o significado que lhes é atribuído no Preâmbulo;

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is circular with text around the perimeter, possibly a notary or official seal. There are several handwritten signatures and initials over and around the stamp.

118. "Penhor das Ações": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Item (5.4.2);
119. "Penhor das Ações da Brave Winds II": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Item (5.4.2);
120. "Penhor das Ações da Emissora": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Item (5.4.2);
121. "Penhor Sobre as Máquinas e os Equipamentos": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso V do Item (5.4.2);
122. "Penhor Sobre os Direitos Creditórios": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso VI do Item (5.4.2);
123. "Penhor Sobre os Direitos Emergentes da Autorização": Tem o significado que lhe é atribuído no inciso IV do Item (5.4.2);
124. "Período de Ausência do IPCA": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.4);
125. "Período de Capitalização": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.9.1);
126. "Poder Concedente": significa a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público objeto de concessão ou permissão;
127. "Portaria 228": Portaria nº 228 do Ministério de Minas e Energia, de 13 de abril de 2012;
128. "Portaria MME": Portaria nº 425, de 3 de dezembro de 2013, emitida pelo MME e publicada no Diário Oficial da União em 5 de dezembro de 2013;
129. "Preâmbulo": Significa o preâmbulo desta Escritura de Emissão;
130. "Preço de Subscrição": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.2.1);
131. "Projeção": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.3);
132. "Projeto": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (4.6.1);
133. "Resolução Autorizativa 4.652": Significa a Resolução Autorizativa nº 4.652 da ANEEL, de 06 de maio de 2014;
134. "Resolução CMN 3.947": Significa a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, conforme alterada;
135. "Servtec": Tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
136. "Sistema BNDES": significa, em conjunto, o BNDES e suas três subsidiárias integrais, quais sejam, a FINAME, a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a BNDES PLC;
137. "Taxa Substitutiva": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.4);
138. "Valor Nominal Atualizado": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.20.2); e
139. "Valor Nominal Unitário": Tem o significado que lhe é atribuído no Item (5.1.1.1).





## CLÁUSULA 2 AUTORIZAÇÕES

### 2.1. Autorização da Emissão e da Constituição e Compartilhamento de Garantias pela Emissora

2.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada de acordo com as deliberações/decisões tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 2 de julho de 2015 ("Ato de Aprovação da Emissora"), na qual foi deliberada: (a) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições; e (b) a outorga das seguintes garantias:

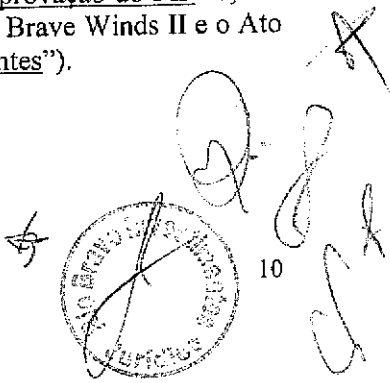
- (i) Fiança Bancária;
- (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- (iii) Penhor Sobre os Direitos Emergentes da Autorização;
- (iv) Penhor Sobre Máquinas e Equipamentos; e
- (v) Penhor Sobre os Direitos Creditórios;

2.1.2. Por meio do Ato de Aprovação da Emissora, a Diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas no Ato de Aprovação da Emissora, inclusive, celebrar (i) aditamentos a esta Escritura de Emissão e aos demais documentos da Oferta Restrita, bem como (ii) todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão.

### 2.2. Autorização da Constituição e Compartilhamento das Garantias Reais pelos Intervenientes

2.2.1 A constituição das Garantias previstas nos incisos I e II do Item (5.4.2), bem como seu compartilhamento previsto no Item (5.5) foram aprovadas pelos Intervenientes de acordo com as seguintes deliberações/decisões:

- (a) Reunião de Sócios da Servtec, realizada em 03 de junho de 2015, que aprovou o Penhor Sobre as Ações da Emissora de que é titular ("Ato de Aprovação da Servtec");
- (b) Assembleia Geral Extraordinária da Brave Winds II, realizada em 02 de junho de 2015, que aprovou o Penhor Sobre as Ações da Emissora de que é titular ("Ato de Aprovação da Brave Winds II");
- (c) Assembleia Geral Extraordinária da Brave Winds III, realizada em 02 de junho de 2015, que aprovou o Penhor Sobre as Ações da Brave Winds II de que é titular ("Ato de Aprovação da Brave Winds III"); e
- (d) Reunião do Comitê de Investimento do FIP que aprovou o Penhor Sobre as Ações da Brave Winds II de que é titular, com base em Consulta Formalizada nº 03/2012 aos cotistas do FIP, realizada em 13 de agosto de 2012, e por meio de consulta e solicitação de dispensa de cumprimento do inciso III, do Artigo 35 da Instrução CVM 391, realizada em 24 de setembro de 2012 pelo FIP e do respectivo Ofício/CVM/SIN/GIE/Nº 3408/2012 – Dispensa de Requisito Normativo – Processo CVM nº RJ-2012-12437 ("Ato de Aprovação do FIP") e, em conjunto com o Ato de Aprovação da Servtec, o Ato de Aprovação da Brave Winds II e o Ato de Aprovação da Brave Winds III, "Atos de Aprovação dos Intervenientes".



### CLÁUSULA 3 REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476, conforme o disposto nesta Escritura de Emissão ("Emissão" e "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

#### 3.1. Arquivamento e Publicação dos Atos de Aprovação da Emissora e dos Intervenientes na competente Junta Comercial e Publicação

3.1.1. O Ato de Aprovação da Emissora será arquivado na JUCEC e publicado no DOECE e no jornal "O Estado" utilizado pela Emissora para suas publicações societárias ("Jornais de Publicação"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

3.1.2. Os Atos de Aprovação dos Intervenientes serão arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e nos respectivos jornais de grande circulação utilizados por cada um dos Intervenientes, conforme aplicável, nos termos da legislação em vigor.

3.1.3. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados no âmbito da presente Emissão, após o registro desta Escritura de Emissão, inclusive as atas de AGD, serão arquivados na JUCEC e publicados conforme Item (3.1.1).

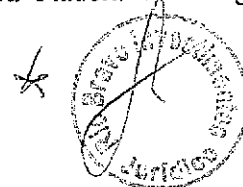
#### 3.2. Arquivamento da Escritura de Emissão e seus Aditamentos na Junta Comercial

3.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCEC, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a Emissora deverá protocolar o pedido de arquivamento no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEC, no prazo de até 5 (cinco) dias após a obtenção do respectivo arquivamento.

#### 3.3. Registro das Garantias

3.3.1. O Penhor Sobre as Ações da Emissora e o Penhor Sobre as Ações da Brave Winds II serão, no prazo de 20 (vinte) dias contados da celebração dos instrumentos jurídicos que os constituírem, averbados (i) nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Emissora e da Brave Winds II, e/ou (ii) nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações de emissão da Emissora e/ou da Brave Winds II ("Escriturador"), os quais serão anotados no extrato da conta de depósito fornecido aos seus respectivos acionistas titulares das ações empenhadas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, os instrumentos jurídicos que constituírem o Penhor Sobre as Ações deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua celebração. Para fins de cumprimento dos itens (i) e (ii) acima, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia autenticada integral dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora e da Brave Winds II e/ou via original da declaração do Escriturador atestando a anotação do gravame aqui referido, bem como do extrato emitido pelo Escriturador informando a quantidade de ações gravadas, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a respectiva averbação, conforme aplicável.

3.3.2. A Carta de Fiança e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio da Instituição Financeira Fiadora e do Agente



Fiduciário, no prazo de até 20 (vinte) dias, contado das respectivas datas de emissão, nos termos do inciso III, do artigo 129, da Lei de Registros Públicos. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Carta de Fiança e de seus eventuais aditamentos em até 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção dos respectivos registros.

3.3.3. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Contrato de Compartilhamento, o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Autorização, o Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, o Contrato de Penhor de Recebíveis, assim como quaisquer eventuais aditamentos subsequentes a estes instrumentos jurídicos, quando de sua celebração, conforme o disposto nesta Escritura de Emissão, serão levados a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, previsto nos respectivos instrumentos, no prazo de até 20 (vinte) dias contado das respectivas datas de celebração. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original de cada um dos instrumentos jurídicos mencionados neste Item e de seus respectivos eventuais aditamentos devidamente assinados e registrados em até 5 (cinco) dias contados da data da concessão do registro.

#### **3.4. Dispensa de Protocolo, Registro ou Arquivamento na CVM e na ANBIMA**

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, estando a Oferta Restrita automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da referida Instrução e do artigo, 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, exceto pelo envio de comunicação de início e de encerramento da oferta pública com esforços restritos de distribuição à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476.

3.4.2. A presente Emissão será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e do parágrafo 1º, inciso I e parágrafo 2º, do artigo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, datado de 03 de fevereiro de 2014, ficando referido registro condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder, de diretrizes para tal registro.

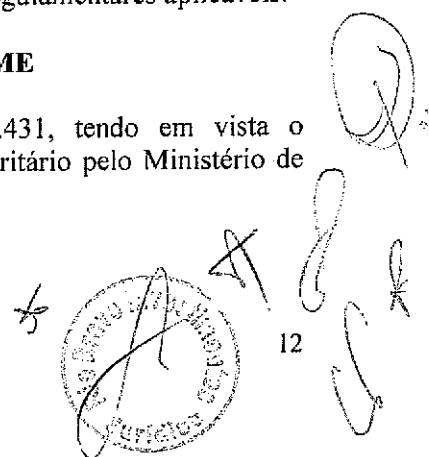
#### **3.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

3.5.1. As Debêntures serão devidamente registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP, e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.5.2. Não obstante o descrito no Item (3.5.1), as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, assim definidos no Item (4.7.11), nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

#### **3.6. Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo MME**

3.6.1. A Emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, tendo em vista o enquadramento do Projeto, por meio da Portaria MME, como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, do Decreto 7.603.



12

**CLÁUSULA 4**  
**OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**4.1. Objeto Social da Emissora**

4.1.1. A Emissora tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a central geradora eólica Malhadinha I ("EOL Malhadinha I"), bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da central geradora eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à central geradora eólica Malhadinha I, tal como definido na Portaria nº 228, emitida pelo MME e pela Resolução Autorizativa nº 4652, de 06/05/2014, emitida pela ANEEL

**4.2. Número da Emissão**

4.2.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) Emissão, para distribuição pública, de Debêntures simples da Emissora.

**4.3. Data de Emissão**

4.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de junho de 2015 ("Data de Emissão").

**4.4. Valor Total da Emissão**

4.4.1. O valor total da Emissão será de R\$10.300.000,00 (dez milhões e trezentos mil reais) na Data de Emissão.

**4.5. Quantidade de Debêntures e Número de Séries**

- 4.5.1. Serão emitidas 1.030 (mil e trinta) Debêntures na Data de Emissão.  
4.5.2. A Emissão será realizada em série única.

**4.6. Destinação dos Recursos**

4.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados para realizar o pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados a investimentos em ativos fixos para construção, implantação e aquisição de equipamentos necessários à execução da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23.100kW e seu respectivo sistema de transmissão, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, outorgada à Emissora por meio da Autorização e considerado, nos termos da Portaria MME, como prioritário para os fins do artigo 2º da Lei 12.431 ("Projeto").

4.6.2. A implementação do Projeto já está em curso, sendo que a entrada em operação integral do Projeto está prevista para 31 de março de 2016.

4.6.3. A totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização do Projeto é de, aproximadamente, R\$ 126.300.000,00 (cento e vinte e seis milhões e trezentos mil reais).

4.6.4. A Emissora estima que a presente Emissão de Debêntures, com valor total conforme o disposto no Item (4.4.1), deve representar aproximadamente 8 % (oito por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.



#### 4.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, sob o regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

4.7.2. O plano de distribuição da Emissão seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476; e (iii) os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites mencionados nas alíneas "i" e "ii" anteriores.

4.7.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, e com o plano de distribuição descrito neste Item (4.7).

4.7.4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Também não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.7.5. Não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, rádio, televisão, e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores.

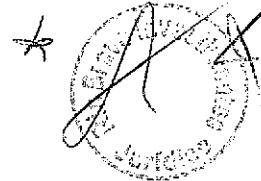
4.7.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita.

4.7.7. Serão atendidos os clientes do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seu conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

4.7.8. Não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial e estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, observado, entretanto, que o Coordenador Líder (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos no Item (4.7.2) acima.

4.7.9. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, especialmente, mas não limitadamente, dentre outras coisas: (a) sua condição de Investidor Qualificado; (b) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será registrada perante a ANBIMA somente para fins de informar a base de dados; (c) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável; e (d) que efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias, conforme definidas nos Itens (5.4) e (5.7) ("Declaração de Investidor Qualificado").

4.7.10. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado de tal contato,



comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.7.11. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, observado que: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Investidores Qualificados").

4.7.12. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.

#### **4.8. Público Alvo Da Oferta Restrita**

4.8.1. O público alvo da Oferta Restrita é composto exclusivamente por Investidores Qualificados.

#### **4.9. Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário**

4.9.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o escriturador mandatário será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por realizar, entre outras atribuições descritas no Manual de Normas da CETIP, a escrituração das Debêntures. O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos a qualquer tempo.

### **CLÁUSULA 5 CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **5.1. Características Básicas**

##### **5.1.1. Valor Nominal Unitário**

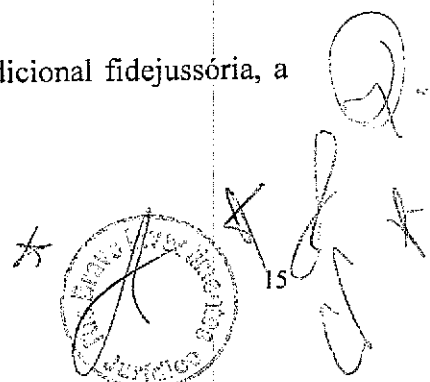
5.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

##### **5.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma**

5.1.2.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

##### **5.1.3. Espécie**

5.1.3.1. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em da espécie com garantia real e adicional fidejussória.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Itaú Unibanco S.A." and "Escriturador Mandatário". There are also some handwritten marks and the number "15" near the stamp.

## 5.2. Preço de Subscrição

5.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios incidentes *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição").

## 5.3. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

5.3.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Liquidação"), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição., durante o prazo de colocação das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

## 5.4. Garantias Reais

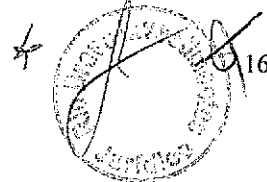
5.4.1. Os instrumentos contratuais abaixo descritos serão celebrados e registrados nos cartórios e registros competentes, descritos nos respectivos instrumentos para assegurar, na forma compartilhada descrita no Item (5.5) abaixo, o fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, inclusive qualquer pagamento a título de amortização do respectivo Valor Nominal Unitário, Atualização Monetária, Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas na execução e/ou excussão das garantias previstas nesta Escritura de Emissão ("Garantias Reais");

### 5.4.2. Descrição das Garantias Reais

- (I) **PENHOR DE AÇÕES DA EMISSORA:** as Intervenientes **Brave Winds II** e **Servtec** darão em penhor, em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil e o artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, do capital social da Emissora, sendo de propriedade da **Brave Winds II** 70.985 (setenta mil, novecentas e oitenta e cinco) ações, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Emissora, na data de celebração desta Escritura de Emissão, e de propriedade da **Servtec** 70.985 (setenta mil, novecentas e oitenta e cinco) ações, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão, perfazendo 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, na data de celebração desta Escritura de Emissão, bem como sobre quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, presentes e futuros, de emissão da Emissora de sua titularidade ("Penhor das Ações da Emissora").

A constituição do penhor em questão em favor dos Debenturistas será formalizada por meio de contrato de penhor de ações e outras avenças a ser celebrado entre o BNDES, o Agente Fiduciário, as Intervenientes acima mencionadas e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Penhor de Ações da Emissora").

- (II) **PENHOR DE AÇÕES DA BRAVE WINDS II:** as Intervenientes **FIP** e **Brave Winds III**, darão em penhor, em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil e artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, do capital social da **Brave Winds II**, sendo de propriedade do **FIP** 16.000 (dezesesseis mil) ações, correspondentes a 81% (oitenta e um por cento) do capital social da **Brave Winds II**, na data de celebração desta Escritura de Emissão, e de propriedade da **Brave Winds III**, 2.000 (duas mil) ações, correspondentes a 19% (dezenove por cento) do capital social da **Brave Winds II**, na data de celebração desta Escritura de Emissão, perfazendo 100% (cem por cento) do capital social da **Brave Winds II**, na data de celebração desta Escritura de Emissão, bem como sobre quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, presentes e futuros, de emissão da



Brave Winds II de sua titularidade ("Penhor das Ações da Brave Winds II" e, em conjunto com o Penhor das Ações da Emissora, "Penhor das Ações").

A constituição do penhor em questão em favor dos Debenturistas será formalizada por meio de contrato de penhor de ações e outras avenças a ser celebrado entre o BNDES, o Agente Fiduciário, as Intervenientes acima mencionadas e a Emissora, na qualidade de interveniente. ("Contrato de Penhor de Ações da Brave Winds II" e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações da Emissora, "Contratos de Penhor de Ações").

- (III) **CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS:** cessão fiduciária pela Emissora, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei 4.728, dos direitos creditórios de que é titular, provenientes do CER e de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela Emissora no ambiente de contratação livre ou no ambiente de contratação regulada, ou ainda, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, abrangendo os créditos que venham a ser depositados na Conta Centralizadora, na Conta Pagamento das Debêntures, na Conta Reserva de O&M, na Conta Reserva Especial, na Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES e na Conta Reserva do Serviço da Dívida de Debêntures.

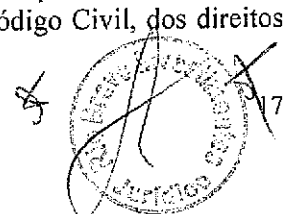
A constituição da cessão fiduciária em questão em favor dos Debenturistas será formalizada por meio da celebração de "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, com a Interveniência de Terceiros" ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios");

- (IV) **PENHOR DE DIREITOS EMERGENTES:** penhor outorgado pela Emissora, em conformidade com os artigos 1.431 a 1.437 e 1.451 e seguintes do Código Civil, dos direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria 228, incluídas suas subseqüentes alterações, bem como de eventuais Resoluções e/ou Despachos da ANEEL que venham a ser emitidos, incluídas suas subseqüentes alterações ("Penhor Sobre os Direitos Emergentes da Autorização"), a ser constituído mediante a celebração de contrato de penhor de direitos emergentes da Autorização e outras avenças ("Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Autorização"). Tal penhor compreende, mas não se limita (em conjunto, os "Direitos Emergentes da Autorização");

- (a) ao direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder outorgante à Emissora, incluindo, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da Autorização;
- (b) ao direito de gerar energia elétrica pela Emissora; e
- (c) a todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da Autorização.

- (V) **PENHOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:** penhor outorgado pela Emissora, em conformidade com os artigos 1.431, 1.432, 1.447 e seguintes do Código Civil, das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do Instrumento de Financiamento BNDES e desta Emissão, descritos e caracterizados no "anexo IV" do Instrumento de Financiamento BNDES, ("Penhor Sobre as Máquinas e os Equipamentos"), a ser constituído mediante a celebração de contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças ("Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos"); e

- (VI) **PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS:** penhor outorgado pela Emissora, em conformidade com os artigos 1.431 a 1.437 e 1.451 e seguintes do Código Civil, dos direitos



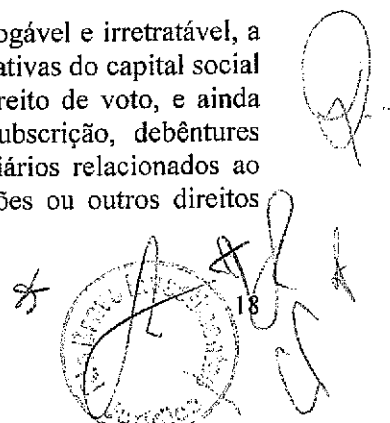


creditórios provenientes de determinados contratos relativos ao Projeto (em conjunto, os “Direitos Creditórios” e “Penhor Sobre os Direitos Creditórios”) a ser constituído mediante a celebração de contrato penhor de direitos creditórios e outras avenças (“Contrato de Penhor de Recebíveis”). Tal penhor compreenderá os direitos creditórios decorrentes dos seguintes instrumentos jurídicos:

- (a) “Contrato de Fornecimento de Bens e Serviços para a Implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores)”, firmado em 5 de julho de 2013, entre a Emissora e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- (b) “Contrato de Operação e Manutenção Durante o Período de Pós Garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I”, firmado em 28 de abril de 2014, entre a Emissora e a WEG Equipamentos Elétricos S.A. (“Contrato de O&M”);
- (c) “Instrumento Particular de Arrendamento, Assunção de Obrigações e Outros Pactos”, firmado em 19 de setembro de 2008, conforme aditado em 05 de abril de 2010, em 01 de novembro de 2011, em 16 de novembro de 2011 e em 17 de novembro de 2011, celebrado entre a Emissora, a Polariza-Polar Agropecuária e Imobiliária S.A. e a Servtec; e
- (d) qualquer outro contrato relativo ao Projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira a anuência do BNDES, nos termos do inciso XXIV da Cláusula Décima Quarta do Instrumento de Financiamento BNDES.

5.4.3. A Emissora e as Intervenientes nomeiam, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, como seu procurador, até o final do cumprimento das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, em nome da Emissora e dos Intervenientes e nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e da Carta de Fiança (conforme definido abaixo): (i) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e a excussão das Garantias (conforme definido abaixo), incluindo todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada; e/ou (ii) alienar os ativos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente nos termos dos Contratos de Garantia, no todo ou em parte, por meio de venda amigável, podendo, para tanto, contratar empresa especializada, obedecida a legislação aplicável e conforme deliberado pelos Debenturistas, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, inclusive qualquer pagamento a título de amortização do respectivo valor nominal, Atualização Monetária, Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na execução e/ou excussão das obrigações e das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e na Carta de Fiança, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva dos ativos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente nos termos dos Contratos de Garantia, podendo inclusive dar e receber quitação. O Agente Fiduciário, na qualidade de outorgado, poderá substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos.

5.4.4. As Intervenientes Servtec e Brave Winds II se obrigam, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar, em favor dos Debenturistas, todas e quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora sob sua titularidade, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos



sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou, de qualquer modo, detidos pela Servtec e Brave Winds II até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão.

5.4.5. As Intervenientes FIP e Brave Winds III se obrigam, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar, em favor dos Debenturistas, todas e quaisquer outras ações representativas do capital social da Brave Winds II sob sua titularidade, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da Brave Winds II, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou, de qualquer modo, detidos pelo FIP e pela Brave Winds III até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão.

5.4.6. A Emissora e as Intervenientes se obrigam, ainda, a no prazo de 20 (vinte) dias contatos da data da celebração dos respectivos Contratos de Penhor de Ações previstos nos incisos I e II deste Item (5.4), providenciar a averbação do penhor de ações no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Emissora e/ou da Brave Winds e/ou nos livros e sistemas do Escriturador das ações da Emissora e/ou da Brave Winds II, conforme o caso, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às Intervenientes, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, enquanto as ações da Emissora e/ou da Brave Winds II forem escriturais.

5.4.7. A Emissora obriga-se a registrar, no prazo de 20 (vinte) dias contados da celebração dos respectivos instrumentos, os Contratos de Garantia mencionados nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste Item (5.4), nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, descritos nos referidos Contratos de Garantia.

5.4.8. A Emissora obriga-se a, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, comprovar ao Agente Fiduciário a ciência do Poder Concedente e/ou da CCEE, bem como de qualquer outro órgão ou entidade que nos termos da legislação deva ser notificada a respeito da cessão fiduciária mencionada no inciso III do Item (5.4.2), mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular nos termos dos Parágrafos Nono e Décimo Primeiro da Cláusula Décima do Instrumento de Financiamento BNDES.

5.4.9. A Emissora obriga-se a, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da celebração dos respectivos Contratos de Penhor de Direitos Emergente e de Direitos Creditórios previstos nos incisos IV e VI do Item (5.4.2), comprovar ao Agente Fiduciário a ciência dos devedores dos créditos e direitos a serem empenhados nos termos dos incisos IV e VI do Item (5.4.2), mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular nos termos dos Parágrafos Décimo e Décimo Primeiro da Cláusula Décima do Instrumento de Financiamento BNDES.

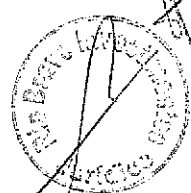
5.4.10. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, promover a averbação e/ou demais registros aplicáveis, dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça nos prazos estabelecidos acima, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º, do artigo 661 do Código Civil. Nesta hipótese, todos os custos decorrentes da averbação e dos demais registros deverão ser arcados pela Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão. As averbações e/ou demais registros aplicáveis, caso promovidos pelo Agente Fiduciário e não pela Emissora, serão realizados sem prejuízo de tal fato ser considerado como um descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

5.4.11. A Emissora obriga-se a constituir as garantias reais previstas neste Item (5.4), por meio da celebração e registro de todos os Contratos de Garantia aqui previstos, no prazo de 12 (doze) meses

Q

19

CS



contados da Data de Emissão, com exceção do Penhor das Máquinas e Equipamentos previsto no inciso V do Item (5.4.2) acima, cujo prazo para constituição é de 18 (dezoito) meses.

## **5.5. Compartilhamento das Garantias**

5.5.1. As Garantias Reais serão compartilhadas de forma proporcional ao saldo devedor atualizado dos Instrumentos de Financiamento e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os Debenturistas; e (ii) o BNDES, na qualidade de credor do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0287.1”, a ser celebrado entre a Emissora e o BNDES, com interveniência de terceiros, por um crédito total de R\$ 39.785.000,00 (trinta e nove milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais) (“Instrumento de Financiamento BNDES” e, em conjunto com a Escritura de Emissão, “Instrumentos de Financiamento”), por meio da celebração do “Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças”, o qual será celebrado entre o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas e o BNDES (“Contrato de Compartilhamento”).

## **5.6. Convolução das Debêntures da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória para da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória**

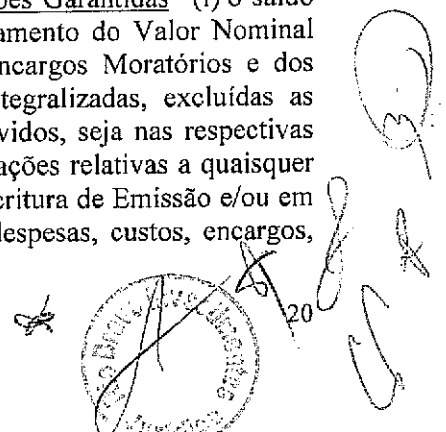
5.6.1. Uma vez verificada a constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, do Penhor das Ações, do Penhor Sobre as Máquinas e os Equipamentos, do Penhor Sobre os Direitos Creditórios e do Penhor Sobre os Direitos Emergentes da Autorização, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, passando a ser da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

5.6.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído, pela Emissora, de forma irrevogável e irretirável, de todos os poderes para, em nome da Emissora e dos Intervenientes, conforme o caso, como seu bastante procurador, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão em conjunto com a Emissora e os Intervenientes, conforme minuta na forma do “Anexo I” a presente Escritura de Emissão (“Aditamento”), para adequar a espécie das Debêntures, providenciar o competente registro, bem como apresentar referido aditamento à CETIP, ficando desde já estabelecido que a celebração do Aditamento não dependerá de aprovação prévia por parte dos órgãos societários da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas.

## **5.7. Fiança Bancária**

5.7.1. Como condição prévia à subscrição e integralização das Debêntures nos termos do Item (5.8), será prestada fiança bancária, formalizada mediante carta de fiança conforme modelo constante do “Anexo II” desta Escritura de Emissão, emitida em favor único e exclusivo dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a ser prestada por instituições financeiras que tenham classificação de risco mínima, em escala nacional, de AA-, ou em escala global de BB+, conferidas pela Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's (“Instituição Financeira Fiadora”), devendo o(s) fiador(es) obrigar-se na qualidade de devedor solidário e principal pagador das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, até sua final liquidação, responsabilizando-se pelo fiel e exato cumprimento das Obrigações Garantidas, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da fiança dependerá sempre da anuência prévia do(s) fiador(es) (“Fiança Bancária”).

5.7.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, entende-se por “Obrigações Garantidas” (i) o saldo devedor das Debêntures, ou seja, as obrigações relativas ao pontual pagamento do Valor Nominal Unitário, da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos a cada uma das Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria, e à Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em virtude de vencimento antecipado; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão e/ou em quaisquer dos Contratos de Garantia, incluindo as obrigações de pagar despesas, custos, encargos,



tributos, reembolsos ou indenizações, bem como os honorários do Agente Fiduciário; (iii) as obrigações de ressarcimento de todo e qualquer custo ou despesa necessário para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar no âmbito desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia e/ou em virtude da constituição, manutenção, consolidação e/ou excussão ou execução dos Contratos de Garantias ou da Carta de Fiança; e (iv) as demais obrigações não pecuniárias assumidas pela Emissora por meio desta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia.

5.7.3. A Carta de Fiança deverá ser emitida com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua emissão e deverá ser constantemente renovada ou substituída, por igual período, nos termos do Item (5.7.8) abaixo, para que esta garantia permaneça em vigor desde a sua data de emissão até a ocorrência do primeiro dos seguintes eventos: (i) liquidação integral das Debêntures; ou (ii) recebimento, pelo Agente Fiduciário, (ii.1) de cópia autenticada da carta recebida pela Emissora, emitida pelo BNDES, atestando o cumprimento, pela Emissora, das condições estabelecidas para a Conclusão do Projeto no Contrato de Financiamento (conforme definido abaixo), e elencadas no Item (5.9) abaixo; bem como (ii.2) de declaração expedida pela Emissora, nos termos do Item (5.7.4) abaixo.

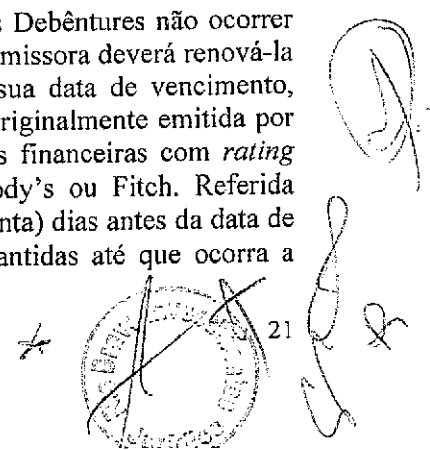
5.7.4. Para os fins previstos no item (ii) da Cláusula 5.7.3 acima, a Emissora deverá enviar uma cópia autenticada da carta recebida do BNDES atestando a Conclusão do Projeto ao Agente Fiduciário, juntamente com uma declaração própria, nos termos do Anexo VI à presente Escritura de Emissão: (i) atestando o cumprimento das condições para a Conclusão do Projeto estipuladas no Instrumento de Financiamento BNDES, e elencadas no Item (5.9) abaixo; (ii) atestando a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento (conforme definido no Item 7.1 abaixo) e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas; e (iii) solicitando a formalização da liberação da Carta de Fiança, sendo certo que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para a formalização da liberação da Carta de Fiança pelo Agente Fiduciário.

5.7.5. Em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder com a liberação da Carta de Fiança, conforme solicitação da Emissora prevista no Item (5.7.4) acima, caso: (i) não tenha havido ou esteja em curso um Evento de Inadimplemento (conforme definido no Item (7.1) ou, caso este Evento de Inadimplemento já tenha sido resolvido nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) tenha sido constituída regularmente a Conta Reserva das Debêntures prevista no inciso III do Item 5.4.1 desta Escritura de Emissão.

5.7.6. Enquanto a Carta de Fiança permanecer válida, vigente e eficaz, caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Carta de Fiança, conforme função que lhe é atribuída, e quantas vezes for necessário, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.7.7. A Carta de Fiança deverá ser registrada às expensas da Emissora nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos, nos termos do artigo 129 da Lei de Registros Públicos, da sede do Agente Fiduciário e da sede da Instituição Financeira Fiadora. Todos os custos e despesas relativos à emissão da Carta de Fiança, incluindo comissões, registros, dentre outros serão arcados única e exclusivamente pela Emissora.

5.7.8. Na hipótese da Conclusão do Projeto e/ou a liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento da Carta de Fiança, a Emissora deverá renová-la ou substituí-la por nova Carta de Fiança até 60 (sessenta) dias antes de sua data de vencimento, substancialmente com os mesmos termos e condições da Carta de Fiança originalmente emitida por um prazo adicional de mais 24 (vinte e quatro) meses, junto a instituições financeiras com *rating* mínimo BB+ em escala Global ou AA- em escala local, por S&P, Moody's ou Fitch. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento da Carta de Fiança, para que as Debêntures permaneçam garantidas até que ocorra a



Handwritten signature and circular stamp with the number 21.

Conclusão do Projeto ou a liquidação integral das Obrigações Afiançadas, o que ocorrer primeiro e conforme aplicável.

## 5.8. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

5.8.1. A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à Data de Liquidação:

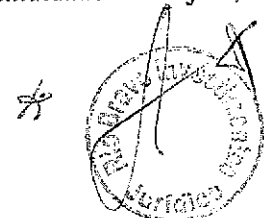
- (i) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada perante a JUCEC;
- (ii) 1 (uma) via original da Carta de Fiança devidamente registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Agente Fiduciário e da Instituição Financeira Fiadora;
- (iii) cópia eletrônica do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures emitido pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina; e
- (iv) cópia eletrônica de comprovante de realização do aporte no montante equivalente a R\$ 67.880.000,00 (sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil reais) no capital social da Emissora, em moeda corrente nacional, mediante subscrição e integralização de ações de emissão da Emissora pelos seus acionistas, acompanhada de cópia do ato societário que aprovou a referido aporte de capital.

5.8.2. O Agente Fiduciário deverá verificar o preenchimento das condições descritas no Item (5.8.1) acima previamente à subscrição e integralização das Debêntures.

## 5.9. Fases do Projeto

5.9.1. Para os fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, a Conclusão Física do Projeto e a Conclusão Financeira do Projeto ocorrerão da seguinte forma:

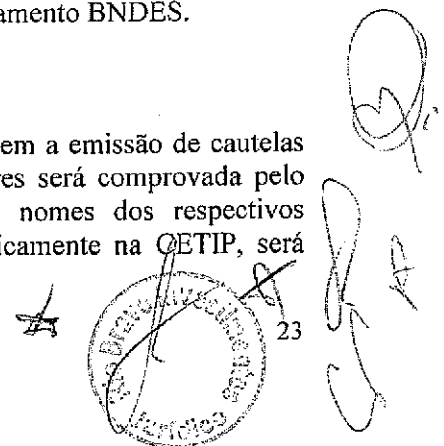
- (i) a "Conclusão Física do Projeto" ocorrerá por meio da apresentação cumulativa:
  - a) das licenças ambientais de operação da Emissora e do respectivo sistema de transmissão, expedidas em nome da Emissora pelo órgão competente, integrante do IBAMA;
  - b) do despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL autorizando a entrada em operação comercial da Emissora ou de ato equivalente;
  - c) da comprovação de quitação integral de todas e quaisquer dívidas, mútuos, empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de endividamento contraídas pela Emissora junto a instituições financeiras, acionistas e/ou empresas do mesmo grupo econômico, de curto ou longo prazo, exceto as dívidas perante o BNDES e os Debenturistas, incluindo o empréstimo-ponte contraído pela EMISSORA junto ao Banco INDUSVAL S.A., no montante de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais);
  - d) da constituição válida de todas as Garantias Reais e fidejussórias previstas nas Cláusulas Décima e Vigésima Primeira do Instrumento de Financiamento BNDES;
  - e) da comprovação da efetiva integralização das Debêntures, e/ou a comprovação do aporte de que trata o Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Quarta do referido Instrumento de Financiamento BNDES, por meio de ações subscritas e integralizadas pelas Intervenientes Servtec e Brave Winds II, no capital social da Emissora, conforme o caso;
  - f) da inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a continuidade do Projeto;



- g) da inexistência de mútuos de qualquer natureza ou qualquer outra operação de crédito entre a Emissora e seus acionistas ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico da Emissora;
  - h) da inexistência de qualquer inadimplemento da Emissora e das demais empresas integrantes do Grupo Econômico a que esta pertença, junto ao sistema BNDES;
  - i) contratação e a quitação do prêmio:
    - h.1) do Seguro Patrimonial (*Property All Risks*), tendo como objeto a cobertura de máquinas e equipamentos permanentes, na forma prevista no Instrumento de Financiamento BNDES, e
    - h.2) do Seguro na modalidade de Responsabilidade Civil, tendo como objeto a cobertura da responsabilidade legal da Emissora com relação a danos, custos e despesas de indenizações decorrentes de morte ou lesão a terceiros e/ou com relação a danos a propriedades de terceiros causados pelo Projeto.
- (ii) a "Conclusão Financeira do Projeto" ocorrerá por meio do cumprimento cumulativo das seguintes condições, com relação à Emissora:
- a) apresentação de instrumento que comprove a geração mínima líquida do Parque Eólico Malhadinha I, de 93,71 GWh no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês de apuração;
  - b) devido preenchimento da Conta Reserva de O&M e da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, observando-se o montante mínimo estipulado no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
  - c) que tenha sido atendido o ICSD de no mínimo 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, apurado após o início do prazo de amortização da dívida contraída nos termos do Instrumento de Financiamento BNDES, na forma do "Anexo III" desta Escritura de Emissão;
  - d) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a continuidade do Projeto;
  - e) inexistência de mútuos de qualquer natureza ou qualquer outra operação de crédito entre a Emissora e seus acionistas ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico;
  - f) inexistência de qualquer inadimplemento da Emissora e das demais empresas integrantes do Grupo Econômico a que esta pertença, junto ao sistema BNDES;
  - g) comprovação, pela Emissora, da utilização de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos do Subcrédito Social (Subcrédito "C") na forma do Instrumento de Financiamento BNDES; e
  - h) comprovação, pela Emissora, da aplicação no Projeto e em itens financiáveis de 100% (cem por cento) dos recursos oriundos do Instrumento de Financiamento BNDES.

## 5.10. Forma e Comprovação de Titularidade

5.10.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário, onde serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na QETIP, será



reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP.

#### **5.11. Local de Pagamento**

5.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

#### **5.12. Prorrogação e Cômputo dos Prazos**

5.12.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente subsequente, sem acréscimo de Juros Remuneratórios ou de qualquer outro Encargo Moratório aos valores a serem pagos pela Emissora aos Debenturistas, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista na ou decorrente da presente Escritura de Emissão quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, mantendo-se, porém, o cálculo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios de acordo com o Item (5.20).

#### **5.13. Encargos Moratórios**

5.13.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

#### **5.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

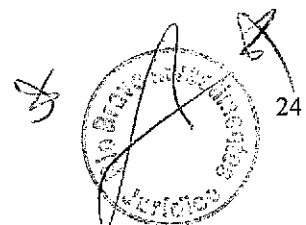
5.14.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado ou aviso publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento (no caso de impontualidade no pagamento),

#### **5.15. Repactuação Programada**

5.15.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **5.16. Publicidade**

5.16.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, publicados nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ("Aviso aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei de Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Em caso de alteração dos Jornais de Publicação, deliberada por assembleia geral de acionistas da Emissora, a Emissora deverá enviar comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e fazer publicar a alteração na forma de Aviso aos Debenturistas.



## 5.17. Tratamento Tributário

5.17.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

5.17.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

5.17.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do Item (5.17.2), e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional com relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário e/ou pela Emissora.

5.17.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista no Item (4.6), dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto.

5.17.5. Sem prejuízo do disposto no Item (5.17.4), caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures, em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

## 5.18. Classificação de Risco

5.18.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta Restrita a Standard & Poor's ("Agência de Classificação de Risco"), a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída pelas agências Fitch Ratings ou Moody's, a critério da Emissora, sem a necessidade de aditamento e/ou aprovação pelos Debenturistas.

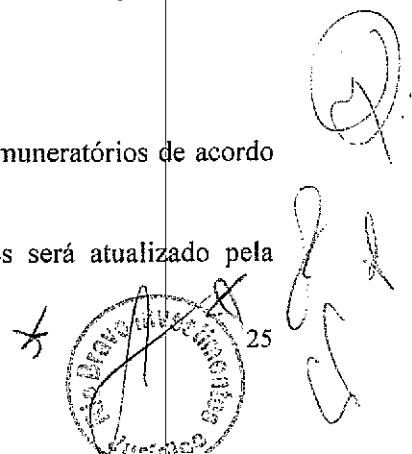
## 5.19. Prazo e Data de Vencimento

5.19.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no Item (7.1.1), ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, e em observância ao artigo 1º da Resolução 3.947 do Conselho Monetário Nacional, as Debêntures terão prazo de vigência de 138 (cento e trinta e oito) meses, com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2026 ("Data de Vencimento").

## 5.20. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das Debêntures

5.20.1. As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios de acordo com o disposto nos Itens a seguir.

5.20.2. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela





variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

$VNa$  = Valor Nominal Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houve), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = fator acumulado das variações mensais do índice utilizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

$N$  = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o " $NI_k$ " corresponderá ao valor do número-índice do mês de atualização;

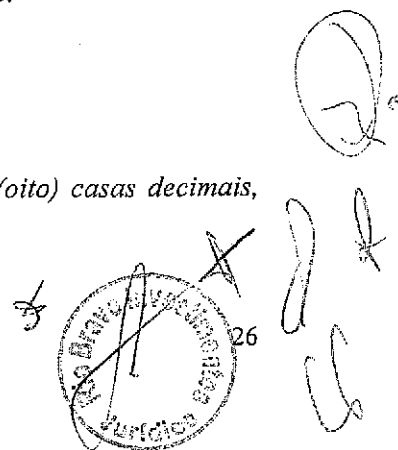
$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

$dup$  = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo "dup" um número inteiro; e

$dut$  = número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

- a) O fator resultante da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



- b) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- c) O número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração, apenas para fins de apuração do preço de subscrição;
- d) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;
- e) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;
- f) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures;

5.20.3. Se até a data de aniversário das Debêntures, o Nik não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a Nik na apuração do Fator "C" um número índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

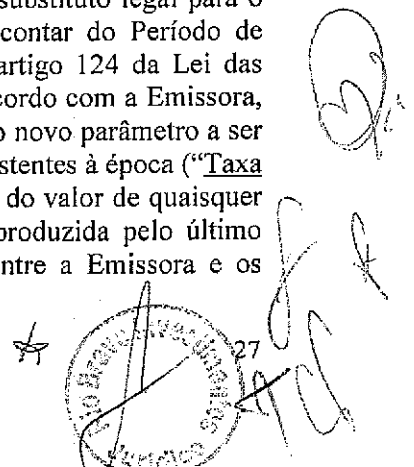
onde:

- $NI_{kp}$  • Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;
- Projeção • variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

Observações:

- a) o Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
- b) o número índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração, apenas para fins de apuração do preço de subscrição.

5.20.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar AGD, (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observados a boa-fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os



Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.20.5. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, referida AGD não será mais realizada, e o IPCA a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

5.20.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em AGD, de acordo com o quórum de previsto no item (10.5.1), observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverão ser resgatadas antecipadamente e, consequentemente, canceladas pela Emissora, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da respectiva Data de Incorporação ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

5.20.7. **Juros Remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios de 9,4320% (nove inteiros, quatro mil, trezentos e vinte décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, correspondentes ao *spread* de 3% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescido exponencialmente do equivalente à média aritmética da cotação indicativa divulgada pela ANBIMA da taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B, com vencimento em 15 de agosto de 2024 ("NTN-B 2024"), verificadas nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2015.

5.20.8. Os Juros Remuneratórios serão incidentes a partir da Data de Emissão, da Data de Incorporação imediatamente anterior, ou da Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

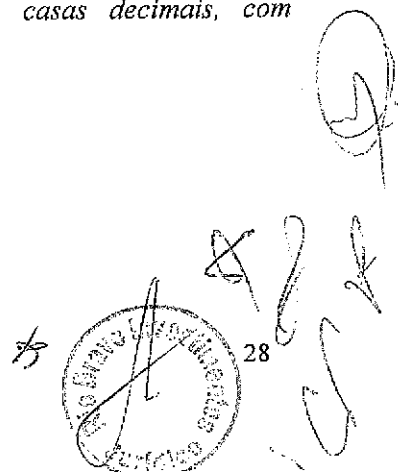
*J* = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

*VNa* = Valor Nominal Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*Fator Juros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:



$Taxa = 9,4320$  (nove inteiros, quatro mil, trezentos e vinte décimos de milésimo), informada com 4 (quatro) casas decimais;

$DP =$  número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

#### 5.20.9. Período de Capitalização e Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures

5.20.9.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na Data de Incorporação imediatamente anterior ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Incorporação ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

5.20.9.2. Os Juros Remuneratórios serão apurados nas datas indicadas abaixo e incorporados ou pagos, conforme o caso, nestas mesmas datas (cada uma das datas abaixo, uma "Data de Incorporação" ou "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios", conforme aplicável).

5.20.10. Os Juros Remuneratórios serão apurados semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo certo que: (i) os Juros Remuneratórios das Debêntures calculados no período compreendido entre a Data de Emissão e o dia 15 de dezembro de 2016 serão capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures; (ii) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures será realizado em 15 de junho de 2017 (data do primeiro pagamento) e (iii) os demais pagamentos de Juros Remuneratórios das Debêntures ocorrerão sucessivamente a cada data de apuração, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### 5.21. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

5.21.1. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 16 (dezesesseis) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma ("Datas de Amortização das Debêntures") e percentuais da 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir. Estes percentuais são calculados de acordo com a proporção do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, descrita na 2ª (segunda) coluna da mesma tabela:

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão a ser amortizado*	Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser amortizado**
15/06/2019	0,50%	0,5000%
15/12/2019	0,50%	0,5025%
15/06/2020	1,00%	1,0101%
15/12/2020	1,00%	1,0204%
15/06/2021	1,00%	1,0309%
15/12/2021	2,00%	2,0833%
15/06/2022	5,00%	5,3191%
15/12/2022	8,00%	8,9888%
15/06/2023	9,00%	11,1111%
15/12/2023	10,00%	13,8889%

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão a ser amortizado*	Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser amortizado**
15/06/2024	10,00%	16,1290%
15/12/2024	10,00%	19,2308%
15/06/2025	10,00%	23,8095%
15/12/2025	10,00%	31,2500%
15/06/2026	10,00%	45,4545%
15/12/2026	12,00%	Saldo

## 5.22. Amortização extraordinária

5.22.1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

## CLÁUSULA 6

### AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

#### 6.1. Aquisição Facultativa

6.1.1. A Emissora poderá, nos termos da Lei 12.431, após os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão, adquirir Debêntures, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas pela Emissora nos termos deste Item poderão: (i) permanecer na Tesouraria da Emissora, (ii) ser colocadas novamente no mercado, a livre e exclusivo critério da Emissora; ou (iii) ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste Item, se e quando recolocadas no mercado, farão *jus* à mesma Atualização Monetária e Juros Remuneratórios aplicável às demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

#### 6.2. Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1. As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

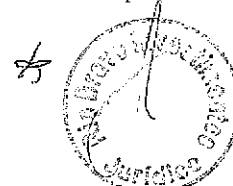
## CLÁUSULA 7

### VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 7.1. Eventos de Inadimplemento

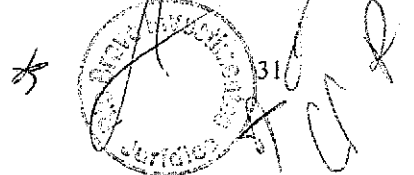
7.1.1. Observado o disposto nos Itens (7.2.1) a (7.2.8) abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, respeitados os respectivos prazos de cura, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja



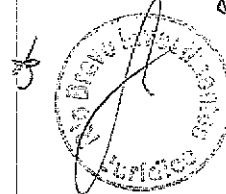
sanado pela Emissora no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado do respectivo vencimento;

- (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora, ou o requerimento de falência relativo à Emissora formulado por terceiros desde que não tenha sido elidido no prazo legal,
- (c) a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o Projeto ou a extinção da Autorização para executar o Projeto;
- (d) declaração de vencimento antecipado do Instrumento de Financiamento BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES e/ou suas subsidiárias;
- (e) a transformação da Emissora em outro tipo societário;
- (f) não renovação ou substituição da Carta de Fiança, em até 20 (vinte) dias antes da respectiva data de vencimento, por outra a ser prestada por instituição financeira com rating mínimo BB+ em escala Global ou AA- em escala local, por S&P, Moody's ou Fitch, respeitados os termos do Item (5.6.8) acima;
- (g) pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou qualquer das Intervenientes ou ainda quaisquer novas acionistas diretas da Emissora, independentemente do deferimento ou não pelo juízo, sendo certo que as disposições deste item somente valerão em relação às Intervenientes ou ainda quaisquer novas acionistas diretas da Emissora até a declaração de Conclusão do Projeto;
- (h) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência das Intervenientes ou de qualquer nova acionista direta da Emissora e/ou da Brave Winds II, bem como o requerimento de autofalência formulado pelas Intervenientes ou de qualquer nova acionista direta da Emissora e/ou da Brave Winds II, ou o requerimento de falência ou de qualquer outra espécie de concurso de credores relativo às Intervenientes ou de qualquer nova acionista direta da Emissora e/ou da Brave Winds II, formulado por terceiros, desde que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo certo que as disposições deste item somente valerão até a declaração de Conclusão do Projeto;
- (i) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;
- (j) constituição pela Emissora ou pelos Intervenientes, sem a prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, de garantia, penhor ou de qualquer outro gravame ou ônus sobre quaisquer direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos;
- (k) descumprimento (i) pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido; ou (ii) pela Emissora ou por quaisquer dos Intervenientes, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia, no Contrato de Compartilhamento, e nos demais documentos da Oferta Restrita dos quais fazem parte,



observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;

- (l) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (m) concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações ou assunção de novas dívidas, emissão de debêntures ou qualquer título de remuneração, emissão de partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvadas as seguintes hipóteses: (i) dívidas decorrentes dos negócios de gestão ordinária da Emissora, ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material, desde que em valor acumulado não superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão; e (ii) dívidas de longo prazo cuja contratação seja realizada exclusivamente para fins de permitir que a Emissora realize novos investimentos no Projeto, em conformidade com a Autorização, desde que esteja cumprindo com o ICSD indicado na alínea "s" do Item (8.1), apurado anualmente nos termos do inciso (i) da alínea "a" do Item (8.1) e calculado de acordo com a fórmula constante do "Anexo IV" desta Escritura de Emissão;
- (n) celebração de contratos de mútuo, pela Emissora, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora sem a prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (o) distribuição, pela Emissora, de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas, reunidos em AGD, no caso de o ICSD, apurado anualmente nos termos do inciso (i) da alínea "a" do Item (8.1), e calculado de acordo com a fórmula constante do "Anexo IV" desta Escritura de Emissão, ser inferior ao indicado na alínea "s" do Item (8.1), ambos comprovados mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, referente ao período de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida;
- (p) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos às suas acionistas diretas ou indiretas, recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, bem como amortização, resgate ou conversão de ações de emissão da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD, exceto se estas ocorrerem de acordo com esta Escritura de Emissão, ou por força de determinação legal ou regulamentar;
- (q) declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até a liquidação integral das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (r) protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (s) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;



- (t) caso a Emissora e/ou as Intervenientes deixem de constituir as Garantias Reais no prazo de 12 (doze) meses contados da data de celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do Penhor de Máquinas e Equipamentos previsto no inciso V do Item (5.4.2), que deverá observar o disposto na alínea "u" abaixo;
- (u) caso a Emissora deixe de constituir o Penhor sobre Máquinas e Equipamentos previsto no inciso V do Item (5.4.2), no prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (v) se as Garantias, após devidamente constituídas, tornarem-se ineficazes, inexecutáveis ou inválidas ou não forem mais suficientes para assegurar o pagamento da importância devida e não forem substituídas ou complementadas quando solicitado pelos titulares das Debêntures reunidos em AGD, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento pela Emissora de notificação por escrito, nesse sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- (w) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (x) constituição, a qualquer tempo, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, exceto (i) mediante autorização prévia dos Debenturistas reunidos em AGD; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; e (iii) para fins de constituição de garantias exigidas pelo credor do Instrumento de Financiamento BNDES, desde que em todas as hipóteses acima sejam compartilhadas com os Debenturistas;
- (y) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita no Item (4.6.1);
- (z) realização de outros investimentos que não os relacionados ao Projeto, ressalvado os investimentos permitidos pelo Instrumento de Financiamento BNDES;
- (aa) alteração do objeto social da Emissora de forma que a atividade principal da Emissora deixe de ser exclusivamente aquela definida no Item (4.1.1);
- (bb) caso o controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei de Sociedades Anônimas), direto ou indireto, da Emissora seja alterado por qualquer meio, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (cc) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (dd) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou de suas controladoras de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (ee) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pelos Intervenientes ou pela Instituição Financeira Fiadora, nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, na Carta de Fiança, no Contrato de Compartilhamento e nos demais documentos da Oferta Restrita;
- (ff) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de



Handwritten signature and initials, including a large stylized 'Q' and other scribbles.



aspectos relevantes desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 30 (trinta) Dias Úteis;

- (gg) resgate ou amortização de ações quando a Emissora estiver em mora perante os debenturistas;
- (hh) distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de juros sobre o capital próprio, e/ou pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e/ou resgate de reserva de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), e/ou dividendos além do mínimo legal previsto no artigo 202, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações, exceto se verificada, cumulativamente, a ocorrência dos itens abaixo: (i) a Conclusão do Projeto; (ii) preenchimento da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, da Conta Reserva de O&M e da Conta Reserva do Serviço da Dívida de Debêntures, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) atingido o caixa mínimo de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), sendo certo que a partir de 01 de janeiro de 2020, a exigência de manutenção do mínimo supracitado não será mais aplicável; (iv) atingido o ICSD equivalente a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), no exercício anterior, e desde que, com o pagamento dos dividendos, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado; (v) verificada a inexistência de inadimplemento da Emissora e de qualquer empresa que pertença ao grupo econômico da Emissora perante o Sistema BNDES; (vi) comprovada a geração mínima da central geradora eólica EOL Malhadinha, de 93,71 GWh no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao respectivo mês de apuração; e (vii) não ocorrência de evento de inadimplemento e de qualquer descumprimento ou impontualidade nos termos desta Escritura.
- (ii) não contratação do Instrumento de Financiamento BNDES no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da Data de Liquidação;
- (jj) a constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos creditórios oriundos do PROJETO.

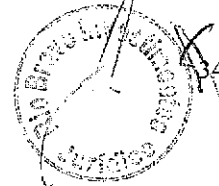
## **7.2. Declaração de Vencimento Antecipado**

7.2.1. A ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento descritos no Item (7.1.1) acima deverá ser prontamente comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias contados da data de sua ocorrência. O descumprimento de referido dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado na data da ciência.

7.2.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) do Item (7.1.1), desde que não sanada ou revertida dentro dos respectivos prazos de cura aplicáveis, acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá, imediatamente após tomar ciência de tal evento, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente de convocação de AGD ou de qualquer forma de notificação à Emissora.

7.2.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento, que não sejam aqueles indicados no Item (7.2.2), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, AGD visando deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.4. Na AGD mencionada no Item (7.2.3) acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quóruns previstos na Cláusula 10, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de



titulares das Debêntures que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.

7.2.5. Nas hipóteses de: (i) não instalação, em segunda convocação, da AGD mencionada acima por falta de *quórum*; ou (ii) não ser aprovada a declaração do vencimento antecipado prevista no Item (7.2.4) acima por deliberação de titulares das Debêntures que representem, mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, ainda, (iii) caso os trabalhos nas AGD em questão sejam suspensos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não obstante a possibilidade de os Debenturistas convocarem novas AGD com o mesmo objeto caso os Eventos de Inadimplemento referidos no Item (7.1.1) perdurem.

7.2.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Saldo Não Amortizado do Valor Nominal Atualizado das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, incluindo, se for o caso, Encargos Moratórios e, quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação informando tal evento, por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário por meio de carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no endereço constante do Item (12.1).

7.2.7. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula 7, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.

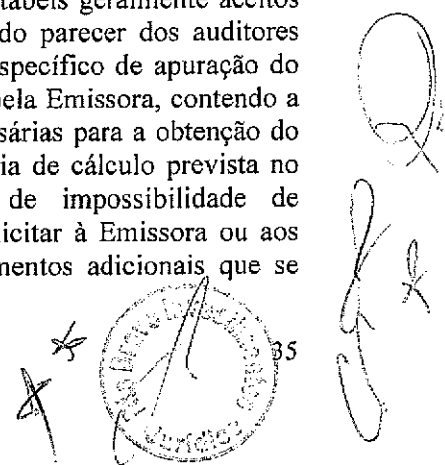
7.2.8. Não configurará Evento de Inadimplemento nem ensejará necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário ou pela AGD, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES, nos termos do Instrumento de Financiamento BNDES, desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos semestrais de amortização do Valor Nominal Atualizado; e (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES.

## CLÁUSULA 8 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou em até 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao exercício social anterior, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração do ICSD elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, previsto no item "s" abaixo, observada a metodologia de cálculo prevista no "Anexo III" desta Escritura de Emissão, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se

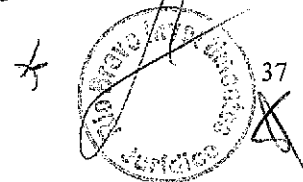
A circular stamp of the Emissora is located at the bottom right of the page. It contains the text "Emissora" at the top and "35" at the bottom. A handwritten signature is written over the stamp. To the right of the stamp, there are additional handwritten marks, including a large "X" and some illegible scribbles.

façam necessários; e (c) declaração, assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; (iv) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados;

- (ii) em até 5 (cinco) dias contados da data da obtenção dos respectivos registros e averbações: (i) 1 (uma) via original, devidamente registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e/ou Registro Geral de Imóveis, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento e de quaisquer eventuais aditamentos; e (ii) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEC;
  - (iii) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento de solicitação escrita nesse sentido, qualquer informação e/ou documento que venha a ser solicitado pelo Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora (o referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28; e
  - (iv) dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação.
- b) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - c) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - d) divulgar suas demonstrações financeiras do exercício social anterior, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, conforme exposta no Item (5.16.1), em até 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercício social, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, em sua página na rede mundial de computadores, conforme exposta no Item (5.16.1), comunicando em até 1 (um) Dia Útil o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;
  - g) fornecer quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
  - h) convocar, nos termos da Cláusula 10, AGD para deliberar sobre quaisquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
  - i) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no CETIP21, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do CETIP21, por

meio da CETIP;

- j) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação: (i) Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21); e (iv) Agência de Classificação de Risco;
- k) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- l) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia, exequibilidade e solidez das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão;
- m) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- n) manter atualizados e em ordem os livros e registros societários da Emissora;
- o) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto;
- p) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à CCEE, à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
- q) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- r) preencher e manter, até o final da liquidação das Obrigações Garantidas, o saldo mínimo das Contas Reservas conforme previsto nos competentes Contratos de Garantia;
- s) manter o ICSD durante toda vigência das Debêntures, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social da Emissora, conforme metodologia de cálculo constante do “Anexo III” desta Escritura de Emissão, no mínimo, igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a ser verificado, por meio de demonstrativos consolidados e auditados, por auditores independentes cadastrados na CVM, os quais deverão incluir opinião conclusiva atestando o cálculo do ICSD;
- t) manter a projeção do ICSD, durante toda vigência das Debêntures, apurada anualmente no encerramento do exercício social da Emissora conforme metodologia de cálculo constante do “Anexo IV” desta Escritura de Emissão, equivalente a, no mínimo, 1,00 (um inteiro), sendo que a projeção do ICSD será disponibilizada pela Emissora ao Agente Fiduciário e terá como base a projeção de fluxo de caixa da Emissora para o próximo exercício social. Ressalta-se que para haver a distribuição de recursos pela Emissora a seus acionistas, conforme estipulado na alínea “(w)” deste Item, a projeção do ICSD deve ser equivalente a, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);
- u) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e

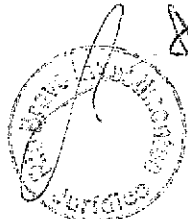


comunicar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial neste sentido;

- v) manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil;
- w) não praticar qualquer ato visando a transferência da Autorização outorgada para implantação do Projeto, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação;
- x) cumprir com todas as obrigações impostas pela Lei 12.431 e pela Portaria MME, conforme previsto no Item (3.6) e no Instrumento de Financiamento BNDES;
- y) não realizar investimentos fora do seu objeto social;
- z) até a liquidação integral de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, solicitar aprovação dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10, para rescisão do Instrumento de Financiamento BNDES, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento, da Carta de Fiança e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão;
- aa) na hipótese de a legalidade ou exequibilidade de quaisquer das disposições relevantes do Instrumento de Financiamento BNDES, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, da Carta de Fiança, do Contrato de Compartilhamento e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 7 (sete) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
- bb) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- cc) obter a classificação de risco (*rating*) definitiva das Debêntures pela Agência de Classificação de Risco e enviar a referida súmula ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados da obtenção da referida classificação de risco, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco: (i) atualizar anualmente, a partir da data de emissão do primeiro relatório, até a Data de Vencimento das Debêntures o relatório de *rating* da Emissão; (ii) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (iii) enviar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do seu recebimento pela Emissora; e (iv) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério: (a) contratar outra Agência de Classificação de Risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal Agência de Classificação de Risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (b) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário, para que este convoque AGD para que a AGD defina a Agência de Classificação de Risco substituta;
- dd) manter as apólices de seguros de risco de engenharia com o valor total segurado em razão dos contratos celebrados entre a Emissora e a Weg Equipamentos Elétricos S.A., bem como entre

a Emissora e a Construtora Sucesso S.A., vigentes e com cláusula de benefício com o seguinte teor: "Fica entendido e acordado que a presente apólice não poderá ser cancelada ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, na qualidade de credores, aos quais será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro";

- ee) notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da ocorrência do fato, sobre qualquer alteração nas condições econômicas, financeiras, comerciais, operacionais, regulatórias, societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (ff) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva ciência, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades;
- (gg) obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações suficientes para a plena implantação e operação do Projeto;
- (hh) informar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da ciência, acerca do recebimento de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, pela Emissora relacionada a uma das hipóteses de Vencimento Antecipado;
- (ii) enviar ao Agente Fiduciário os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "(m)" do Item (9.4.1), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea "(n)" do Item (9.4.1) abaixo.
- (jj) permitir a inspeção das obras do Projeto, bem como dos bens dados em garantia conforme Item (5.4) desta Escritura de Emissão, por parte de terceiros a serem contratados pelo Agente Fiduciário, às expensas da Emissora,
- (kk) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade do Instrumento de Financiamento BNDES;
- (ll) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (mm) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (nn) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao registro das Debêntures na CETIP; (ii) do registro na Junta Comercial competente dos atos necessários à Emissão e respectiva publicação, conforme o caso; (iii) do registro desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos na JUCEC; (iv) das despesas e remuneração do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante, dentre outros prestadores de serviços necessários à Emissão; e (v) da celebração e registro dos Contratos de Garantia, da Carta de Fiança e do Contrato de Compartilhamento;

  
39

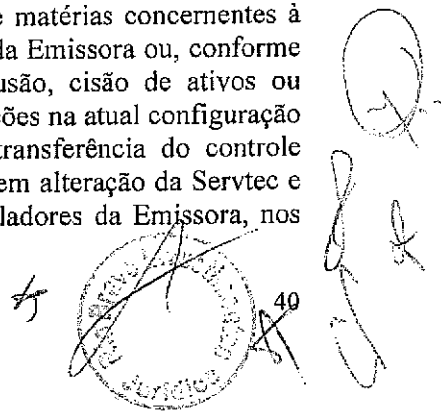
- (oo) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (pp) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo:
- (i) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e
  - (ii) apresentar ao Agente Fiduciário assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos.
- (qq) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

8.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos diretos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes decorrentes da não observância de referidas normas, exceto na hipótese de tais reclamações, prejuízos diretos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes terem sido gerados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário.

### 8.3. Obrigações Adicionais dos Intervenientes

8.3.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, **os Intervenientes obrigam-se a cumprir**, conforme o caso, as disposições abaixo:

- (a) submeter à aprovação do Agente Fiduciário quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da Emissora ou, conforme o caso, da Brave Winds II, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Emissora ou, conforme o caso, da Brave Winds II, ou em transferência do controle acionário da Emissora ou, conforme o caso, da Brave Winds II, ou em alteração da Servtec e do Rio Bravo FIP Energia I na sua qualidade de acionistas controladores da Emissora, nos



Handwritten signature and circular stamp of the Agente Fiduciário. The stamp contains the text "AGENTE FIDUCIÁRIO" and "40".

termos do art. 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- (b) não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou da Brave Winds II, de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da Emissora ou da Brave Winds II, ou ao seu respectivo desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Emissora ou da Brave Winds II a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras previstas nesta Escritura;
- (c) não promover atos ou medidas que prejudiquem o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora ou da Brave Winds II;
- (d) não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações dadas em garantia no âmbito dos Contratos de Garantia, salvo prévia aprovação pelos Debenturistas reunidos em AGD.
- (e) manter-se e fazer com que a Emissora se mantenha adimplente com relação a esta Escritura de Emissão, ao Instrumento de Financiamento BNDES, aos demais Contratos de Garantia e outros instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão;
- (f) aportar na Emissora, mediante uma ou sucessivas subscrições e integralizações de capital social, em moeda corrente, os recursos necessários a suprir eventuais insuficiências de recursos necessários à conclusão do Projeto, ainda quando haja sobrecustos não previstos no orçamento original, nos termos do Instrumento de Financiamento BNDES;
- (g) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da ciência pelo respectivo Interviente, de ato ou fato que possa vir a comprometer o Projeto, tais como ações judiciais ou procedimentos administrativos;
- (h) permitir a ampla inspeção dos bens dados em garantia nos termos do Item (5.4) desta Escritura de Emissão;
- (i) aportar, se necessário, recursos na Emissora de forma a garantir o preenchimento da "Conta Reserva do Serviço da Dívida", da "Conta Reserva de O&M" e da "Conta Reserva das Debêntures", instituídas e reguladas pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, com os respectivos saldos mínimos, definidos no inciso III do Item 5.4.2; e
- (j) não promover a criação de subsidiárias da Emissora, sem o prévio e expresse consentimento dos Debenturistas.

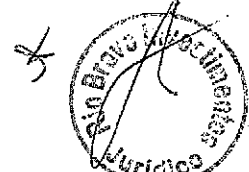
## **CLÁUSULA 9**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **9.1. Nomeação**

9.1.1. A Emissora neste ato nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, nos termos do parágrafo 1º do artigo 61, e artigos 66 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, o Agente Fiduciário qualificado no Preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a Emissora e os Intervenientes, os interesses da comunhão dos Debenturistas, declarando, sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, bem como assume integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão, incluindo os termos e condições nela presentes;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;





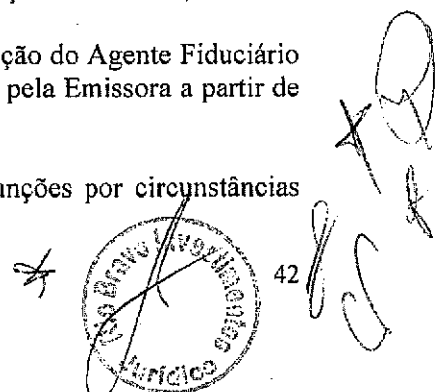
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários, necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (f) verificou, neste ato, a veracidade das informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão, com base e no limite das informações e documentos prestados pela Emissora e Intervenientes, sendo certo que não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações e declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo;
- (g) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (h) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, e ainda conforme demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (i) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10, da Instrução CVM 28;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (k) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor; e
- (l) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

9.1.2. O Agente Fiduciário (ou seu sucessor, no caso de sua substituição nos termos desta Escritura de Emissão) exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de um eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas estas referidas obrigações sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

## 9.2. Substituição

9.2.1. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, extinção, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras, observando-se o artigo 2º e seguintes da Instrução CVM 28:

- (a) é facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista triplíce apresentada pelos Debenturistas;
- (b) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text 'Banco Central do Brasil' and 'Fiduciário'. To the right of the stamp is the number '42'.

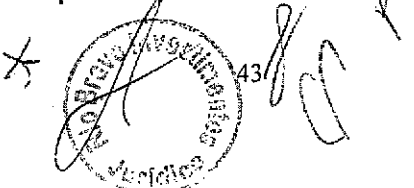
supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea "c" do Item (9.4.1) abaixo, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de AGD, solicitando sua substituição;

- (c) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela AGD, e assuma efetivamente as suas funções;
- (d) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão;
- (e) a substituição do Agente Fiduciário (a) em qualquer hipótese, está sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e (b) sendo a substituição em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCEC;
- (f) na hipótese de substituição do Agente Fiduciário, este deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias antes de sua efetiva substituição, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por quaisquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (g) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, em todos os seus termos e condições, exceto se, caso proposto pela AGD a que se refere a alínea "d" acima, a Emissora tiver concordado expressamente com novo valor de remuneração;
- (h) os pagamentos ao agente fiduciário substituto serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços, sendo a primeira parcela calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão;
- (i) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos do Item (5.16);
- (j) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM; e
- (k) o agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir e pelo período previsto no Item (9.1.2).

### 9.3. Remuneração do Agente Fiduciário

9.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e regulamentação aplicáveis e desta

43



Escritura de Emissão, uma remuneração anual de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.3.2. As parcelas citadas no Item (9.3.1) supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.3.3. As parcelas citadas nos Itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.3.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.3.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.3.6. Na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar à Emissora, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da efetiva substituição, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição.

9.3.7. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

#### 9.4. Deveres

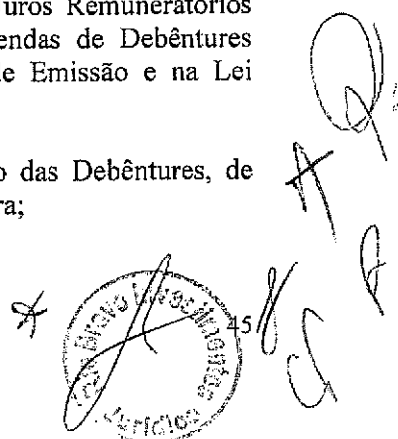
9.4.1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, observando-se o artigo 12 da Instrução CVM 28:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta

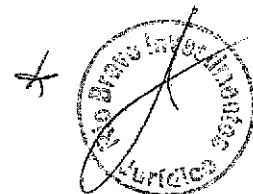


Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista na alínea "(f)" do Item (9.1) acima, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (f) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos na forma do Item (3.2), hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes em tais registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias por parte da Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas da Emissora e/ou dos Intervenientes, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou os Intervenientes exerçam suas atividades;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (k) convocar AGD na forma prevista na Cláusula 10 e quando necessário;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (m.1) eventual omissão, inveracidade ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (m.4) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (m.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Juros Remuneratórios realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora, conforme permitido nesta Escritura de Emissão e na Lei 12.431;
  - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- (m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (m.8) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (m.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures; e
- (m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (m) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, e na sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos termos do Item (5.16), anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- (q) acompanhar qualquer eventual resgate ou aquisição das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ciência, acerca de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, se for o caso;
- (t) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas, em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora;



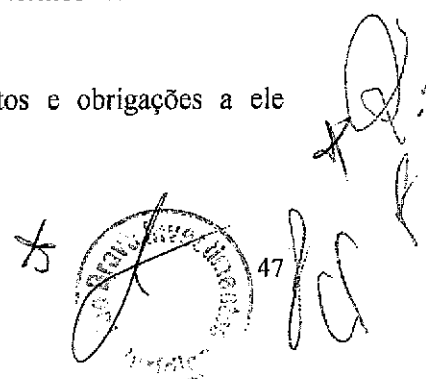
- (u) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (v) disponibilizar o Valor Nominal Atualizado e os Juros Remuneratórios das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu website;
- (w) informar, quando necessário, para os fins de atendimento da Instrução CVM 28, se atua em quaisquer outras emissões da Emissora ou de empresas do grupo econômico da Emissora, indicando as informações referidas no inciso (xi) da alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento;
- (x) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada às Garantias Reais e à Carta de Fiança;
- (y) acompanhar o cálculo e a apuração da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e da amortização programada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (z) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais e da garantia fidejussória por meio da Carta de Fiança, observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (aa) comunicar a Emissora e o BNDES acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures; e
- (bb) encaminhar aos Debenturistas, em até 10 (dez) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada e/ou recebida.

## 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer, mediante prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD, a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, ou em processo similar aplicável à Emissora;
- (e) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento das Garantias Reais e da Carta de Fiança, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento; e
- (f) tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão.

47

A circular stamp with the text "BANCO DE DEBITO" is visible. To its right is a handwritten signature and the number "47".

9.5.2. Observado o disposto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (f) acima se, convocada a(s) AGD(s), e esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do Item (9.5.1), alínea (d), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

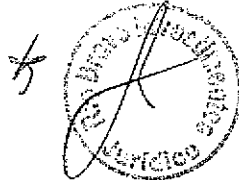
9.5.5. Ressalvadas as situações previamente aprovadas por meio desta Escritura de Emissão, os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberados pelos Debenturistas reunidos em AGD, nos termos da Cláusula 10 abaixo.

9.5.6. O Agente Fiduciário poderá se balizar nos dados econômico-financeiros que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do ICSD e da projeção do ICSD.

## 9.6. Despesas

9.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com conference call e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.

9.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente



Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

9.6.3. Sem prejuízo do disposto nos Itens (9.6.1) e (9.6.2) acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.6.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 9.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

## **CLÁUSULA 10**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

#### **10.1. Disposições Gerais**

10.1.1. À Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, e, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas, devendo ser realizadas de forma presencial, podendo, se assim vir a ser regulamentado pela CVM, serem feitas, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.

#### **10.2. Convocação**

10.2.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.2.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

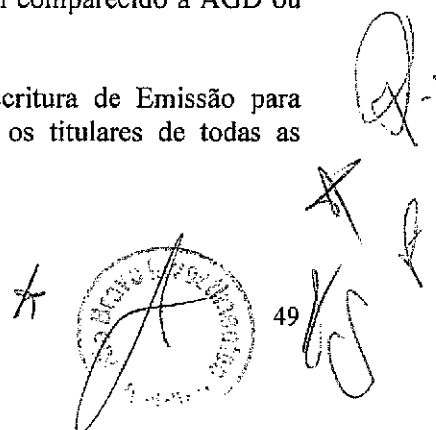
10.2.3. A convocação das AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação da Emissora previstos no Item (3.1.1), respeitadas as demais regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, em especial do artigo 124, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.2.4. A AGD deverá ser realizada, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a AGD em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.2.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.2.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão para convocação, serão consideradas regulares as AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

49

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is partially obscured by a large, bold handwritten 'X' and other scribbles. The number '49' is printed at the bottom right of the page.



### 10.3. Quórum de Instalação

10.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as AGDs instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade mais uma das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer quórum de Debêntures em Circulação, exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão.

10.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação ou deliberação das AGDs previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, para fins de quórum, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), bem como de sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

### 10.4. Mesa Diretora

10.4.1. A presidência e secretaria de cada AGD caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas (podendo, para tanto, ser eleito o representante do Agente Fiduciário que comparecer à AGD) ou àqueles que forem designados pela CVM.

### 10.5. Quórum de Deliberação

10.5.1. Nas deliberações das AGDs, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Ressalvado o disposto no Item (10.5.2) abaixo, ou pelos demais *quoruns* expressamente previstos em outros Itens desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas em AGD dependerá de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou maioria das Debêntures em Circulação de titularidade dos Debenturistas presentes, quando em segunda convocação.



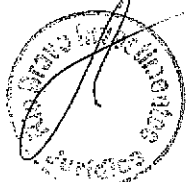
10.5.2. Mediante proposta da Emissora, a AGD poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de **90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação**, seja em primeira ou segunda convocação, aprovar: (a) qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Incorporação, Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, (vi) da alteração dos *quoruns* de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula 10, (viii) das Garantias, (ix) da criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo, amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e (xi) da espécie das Debêntures; e (b) a não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures.

### 10.6. Outras Disposições à AGD

10.6.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.6.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

50



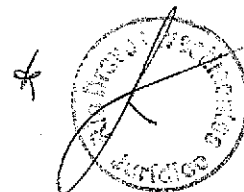
10.6.3. Não será admitida nas AGDs a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação dos devidos documentos de representação e identificação.

## CLÁUSULA 11

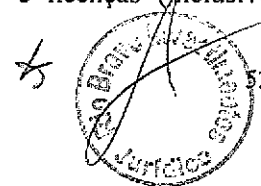
### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES

11.1. A Emissora e As Intervenientes, cada qual individualmente, não solidariamente e, conforme aplicável, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedades anônimas, à exceção da Servtec, que é constituída sob a forma de sociedade limitada, e do FIP, que é constituído sob a forma de Fundo de Investimento em Participações e representado, neste ato, por sua gestora, de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzirem os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) estão devidamente autorizados, obtiveram todas as aprovações necessárias, inclusive societárias, e possuem, nesta data, plenos poderes, autoridade e capacidade para celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento, realizar a Emissão das Debêntures da Emissora e constituir as Garantias, e a cumprir com todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem, os Contratos de Garantia e as obrigações neles previstos, após a obtenção dos registros nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, bem como cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante, eficaz e exigível da Emissora e dos Intervenientes, exequível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, conforme Item (12.4), ressalvado que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e que assinaram os Contratos de Garantia e de Compartilhamento de Garantia, têm e tinham poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas, a realização da Oferta Restrita, e a respectiva colocação das Debêntures, e, ainda, a celebração dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento, estes também com relação aos Intervenientes, bem como a celebração da Fiança Bancária: (a) não infringem ou contrariam e nem infringirão ou contrariarão (i) seus estatutos sociais ou respectivos atos constitutivos; (ii) qualquer disposição legal, decreto ou regulamento a que estes ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral; (iv) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora e os Intervenientes sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus respectivos bens e propriedades estejam vinculados; e (b) não resultarão, com relação à qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora ou os Intervenientes sejam parte, em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer de seus ativos ou bens, exceto por aqueles já existentes na presente data ou daqueles previstos nos Contratos de Garantia; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

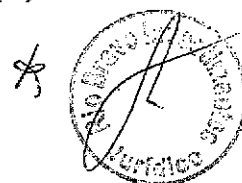


- (f) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas, disposições contratuais relevantes, e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, incluindo quaisquer ordens judiciais, administrativas ou arbitrais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou Intervenientes para as quais esses possuem provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (g) a Emissora não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto (a) cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira e capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (b) que vise anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- (h) as ações empenhadas e os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente ou empenhados, conforme o caso, nos termos do Item (5.4) desta Escritura de Emissão, existem, são de sua titularidade, e se encontram livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dados em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção das garantias outorgadas no âmbito do Instrumento de Financiamento BNDES;
- (i) esta Escritura de Emissão constitui, e os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento, uma vez celebrados constituem, obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil");
- (j) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, nem tem conhecimento de qualquer fato que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições normativas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma da Atualização Monetária das Debêntures, e com a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) seu balanço patrimonial e as demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas, bem como as demonstrações financeiras trimestrais consolidadas (i) da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013 e ao trimestre findo em setembro de 2014; e (ii) dos Intervenientes relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013 e ao trimestre findo em setembro de 2014, representam corretamente e de maneira adequada a posição patrimonial e financeira e o resultado operacional da Emissora e dos Intervenientes naquelas datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e no resultado operacional em questão que não tenha sido devidamente sanado pela Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo;
- (m) possuem, na data desta Escritura de Emissão, todas as autorizações e licenças (inclusive



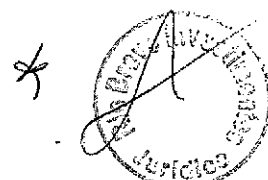
ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades e implementação de seus empreendimentos na fase em que se encontram, estando todas elas válidas;

- (n) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. Adicionalmente, estão obrigadas, ainda, a procederem a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (o) não omitiram ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial nas suas situações econômico-financeiras, jurídicas ou de suas atividades em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, observado ainda que (a) prepararam e entregaram todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento, devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; (b) todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora ou pelos Intervenientes, ou, ainda, impostas a eles ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos; exceto por aquelas obrigações, tributos ou encargos governamentais que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados nas esferas administrativa e/ou judicial, iniciados e conduzidos com diligência, cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante, e, no que diz respeito aos tributos, em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas;
- (q) a Emissora cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos no Item (4.6);
- (r) possuem, nesta data, e possuirão, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, plenos poderes, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia e possuem, nesta data, e possuirão, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias;
- (s) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (t) observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, zelando sempre para que: (i) não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) seus trabalhadores estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) detenha todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; (vi) tenha todos os registros



necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;

- (u) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto: (i) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito a partir da Data de Liquidação; (ii) pelo arquivamento, na JUCEC, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos Atos de Aprovação da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita, conforme disposto no Item (3.1); (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCEC, conforme disposto no Item (3.2.1); (iv) pela anuência prévia dos devedores dos créditos e direitos a serem cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas nos termos do inciso III do Item (5.4.2); (v) pela anuência prévia dos devedores dos Direitos Creditórios a serem empenhados nos termos do inciso IV do Item (5.4.2); e (vi) por eventuais comunicações ao Poder Concedente e/ou à CCEE conforme requerido pelo CER e conforme determinado pelo Poder Concedente, com relação: (a) à criação e manutenção das Garantias Reais e a Carta de Fiança; (b) à validade e exequibilidade desta Escritura de Emissão; (c) ao exercício, pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, dos direitos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia; e (vi) pela celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos e/ou Registro Geral de Imóveis, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (v) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável
- (w) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário pelo MME; e
- (x) não há outros fatos relevantes com relação à Emissora ou às Debêntures que seja de seu conhecimento e cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica.
- (y) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Impacto Adverso Relevante, definido como a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento; ou (c) a capacidade da Emissora em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas ("Impacto Adverso Relevante");
- (z) cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (aa) que está cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade governamental a que esteja sujeita, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos



termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A Emissora e os Intervenientes, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **CLÁUSULA 12**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **12.1. Comunicações**

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

##### **PARA A EMISSORA:**

**Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.**  
Av. Santos Dumont, nº 2.088, sala 407, Bairro Aldeota  
CEP 60150-161, Fortaleza, CE  
At.: Paulo Granziera ou Sidney Tescari Medeiros  
Tel: (85) 3036-6281  
Email: paulo@eolicabvs.com.br ou sidney@eolicabvs.com.br

##### **PARA A SERVTEC:**

**Servtec Investimentos e Participações Ltda.**  
Rua do Bosque, nº 1.281, Sala 2, Barra Funda  
CEP 01136-001, São Paulo, SP  
At.: Nelson Graça  
Tel: (11) 3660-9704  
fac-símile: (11) 3392-7588  
Email: nelsongraca@servtec.com.br

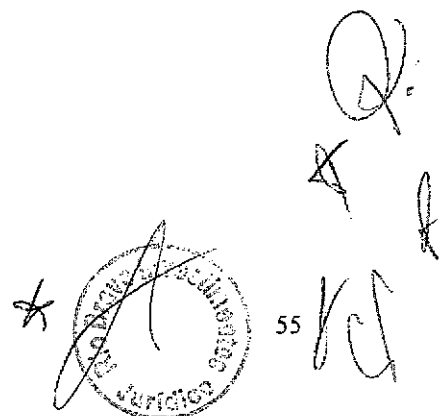
##### **PARA O FIP:**

**Rio Bravo Energia I Fundo de Investimento em Participações**  
*Representado pela Rio Bravo Investimentos Ltda.*  
Av. Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, Vila Olímpia  
CEP 04551-065, São Paulo, SP  
At.: Silvio Junqueira  
Tel: (11) 3509-6600  
Fax: (11) 3509-6699  
Email: silvio.junqueira@riobravo.com.br

##### **PARA A BRAVE WINDS II:**

**Brave Winds Geradora II S.A.**  
Rua Helena, nº 280, Conjunto 611, Vila Olímpia  
CEP 04552-050, São Paulo, SP  
At.: Silvio Junqueira  
Tel: (11) 3509-6600  
fac-símile: (11) 3509-6699

55

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is partially obscured by a large, stylized signature that appears to be 'K'. To the right of the stamp, there are two more signatures, one of which is a large, bold 'K'. The number '55' is printed below the signatures.

Email: silvio.junqueira@riobravo.com.br

**PARA A BRAVE WINDS III:**

**Brave Winds Geradora III S.A.**

Rua Helena, nº 280, Conjunto 611, Vila Olímpia

CEP 04552-050, São Paulo, SP

At.: Silvio Junqueira

Tel: (11) 3509-6600

fac-símile: (11) 3509-6699

Email: silvio.junqueira@riobravo.com.br

**PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Email: operacional@pentagonotrustee.com.br

**PARA O BANCO LIQUIDANTE:**

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal

CEP 04344-030, São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-9441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

**PARA O ESCRITURADOR MANDATÁRIO:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-9441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

**PARA A CETIP:**

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

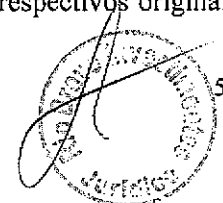
Tel: (11) 3111-1400

fac-símile: (11) 3111-1564

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou por telegrama nos endereços acima, As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais

56



deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de quaisquer dos endereços acima deverá ser comunicada à(s) demais Parte(s) imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no Item (12.1.3) serão arcados pela Parte inadimplente.

12.1.5. O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar que o remetente de qualquer comunicação em nome de quaisquer das Partes é uma pessoa autorizada pelas mesmas. As Partes, ao utilizarem fac-simile ou correio eletrônico, declaram ter ciência de que tais meios eletrônicos de comunicação não são totalmente seguros e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para o Agente Fiduciário mediante o uso desses meios eletrônicos de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

## **12.2. Renúncia**

12.2.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **12.3. Lei Aplicável**

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

## **12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

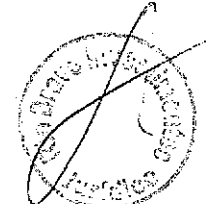
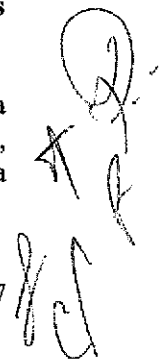
12.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

## **12.5. Irrevogabilidade e Sucessores**

12.5.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## **12.6. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas**

12.6.1. Caso quaisquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

\*  57 



12.6.2. Os títulos incluídos nesta Escritura de Emissão foram colocados por mera conveniência, e não serão levados em conta quando interpretado ou aplicado a esta Escritura de Emissão.

## **12.7. Despesas**

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento e os atos societários da Emissora.

## **12.8. Substituição de Prestadores de Serviços**

12.8.1. É facultado à Emissora, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, observadas a regulamentação da CETIP e o disposto nesta Escritura de Emissão.

## **12.9. Cômputo do Prazo**

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## **12.10. Foro**

12.10.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

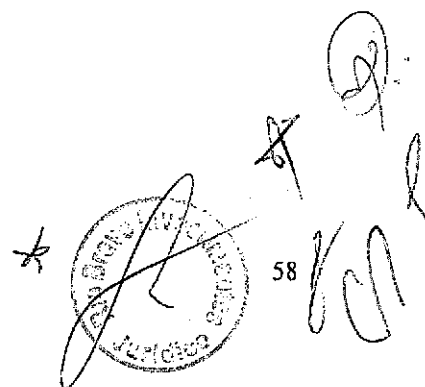
E, por estarem assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

13 de julho de 2015.

[As assinaturas seguem nas páginas seguintes]

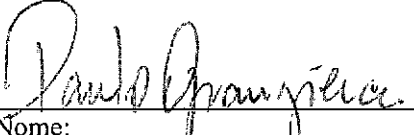
[Restante da página intencionalmente deixado em branco]


58

A circular stamp is visible in the bottom right corner, partially overlapping the page number 58. The stamp contains text that is mostly illegible but appears to include "CETIP" and "Emissão". There are several handwritten signatures and initials scattered around the stamp and the page number.

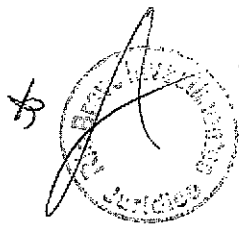
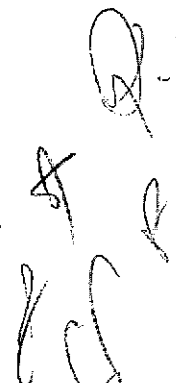
*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. - 1/7)*

**GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: GER. EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.  
CNPJ: 14.080.223/0001-10  
Paulo Granziera  
Diretor Técnico

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: GER. EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.  
CNPJ: 14.080.223/0001-10  
Sidney Tescari Medeiros  
Diretor Administrativo Financeiro

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

  
59  


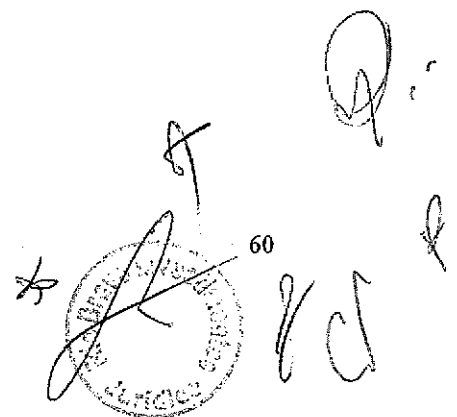
*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.- 2/7)*

**SERVTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

  
Nome:  
Cargo:  
**PEDRO C. FIUZA**

  
Nome:  
Cargo:  
**LAURO FIUZA NETO**

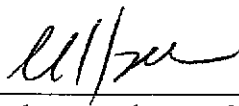
[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. 3/7)*

**RIO BRAVO ENERGIA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

neste ato representado por sua gestora, Rio Bravo Investimentos Ltda.




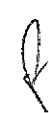
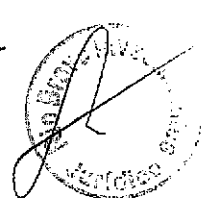
  
Nome: **EROS HENRIQUES D'AME**  
Cargo:

  
Nome:

Cargo:

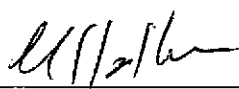
**Charles Lagana Putz**

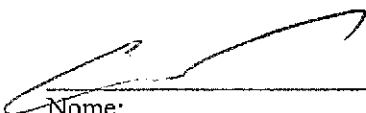
[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

  
  
  
  
  
61




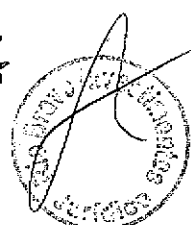

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. - 4/7)*

**BRAVE WINDS GERADORA II S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

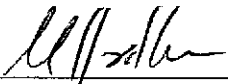
  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo: **Charles Lagana Putz**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

  
  
  
  
62  


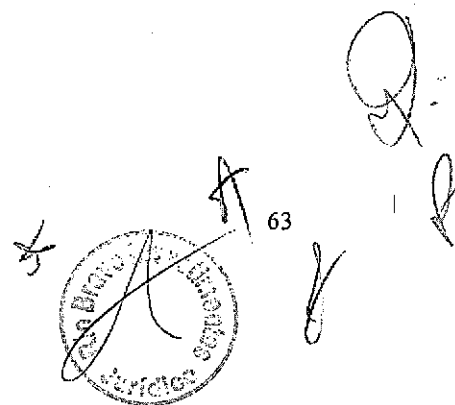
*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. - 5/7)*

**BRAVE WINDS GERADORA III S.A.**

  
Nome: **EROS HENRIQUES DALME**  
Cargo:

  
Nome:  
Cargo: **Charles Lagana Putz**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. – 6/7)*

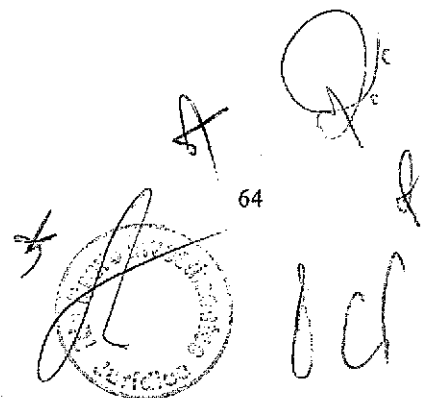
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*Rosane Basilio*

Nome: Rosane da Silva Basilio  
Cargo: Procuradora  
RG: 41.295.392-4  
CPF: 421.493.088-60

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

64

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is partially obscured by a large, bold signature. There are also smaller, less legible signatures and initials scattered around the stamp area.

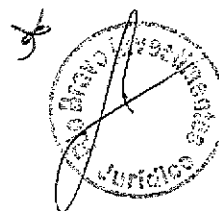
*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. – 7/7)*

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



65  
8  
cf



## ANEXO I

### Anexo I

#### Minuta de Aditamento à Escritura de Emissão (convolação)

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA GERADORA EÓLICA BONOS VENTOS DA SERRA I S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**GERADORA EÓLICA BONOS VENTOS DA SERRA I S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Santos Dumont, nº 2.088, sala 407, Bairro Aldeota, CEP 60150-161, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 14.080.223/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora"); e

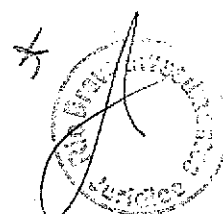
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de representante dos titulares das debêntures desta Emissão, conforme abaixo definido) ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Agente Fiduciário") e, em conjunto com a Emissora, ("Partes");

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

**SERVTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Bosque, nº 1.281, Sala 2, Barra Funda, CEP 01136-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.223.866/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Servtec");

**RIO BRAVO ENERGIA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.188.161/0001-30, neste ato representado por sua gestora **Rio Bravo Investimentos Ltda.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.864.607/0001-08, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas respectivas páginas de assinaturas do presente instrumento ("FIP");

**BRAVE WINDS GERADORA II S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, nº 280, conjunto 611, Vila Olímpia, CEP 04552-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.913.194/0001-20, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Brave Winds II");



**BRAVE WINDS GERADORA III S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, nº 280, conjunto 611, Vila Olímpia, CEP 04552-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.259.404/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Brave Winds III" e, em conjunto com a Servtec, o FIP e a Brave Winds II, "Intervenientes Anuentes");

sendo a Emissora, os Intervenientes Anuentes e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

#### **CONSIDERANDO QUE:**

(i) em 2 de julho de 2015, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A." ("Escritura de Emissão"), o qual foi arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") sob o nº [●], em sessão de [●] de [●] de 2015;

(ii) A Emissora e os Intervenientes Anuentes constituíram o [Penhor das Ações/Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios/ Penhor Sobre as Máquinas e os Equipamentos/Penhor Sobre os Direitos Emergentes da Autorização/Penhor Sobre os Direitos Creditórios], com a conclusão do registro do Contrato de [Penhor de Ações/ Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios/ Penhor de Máquinas e Equipamentos/Penhor de Direitos Emergentes/Penhor de Direitos Creditórios] no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e/ou no Registro Geral de Imóvel localizado na [●], Estado do [●], bem como da averbação do Penhor das Ações constituído no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora e da Brave Winds II e/ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações, conforme o caso, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações; e

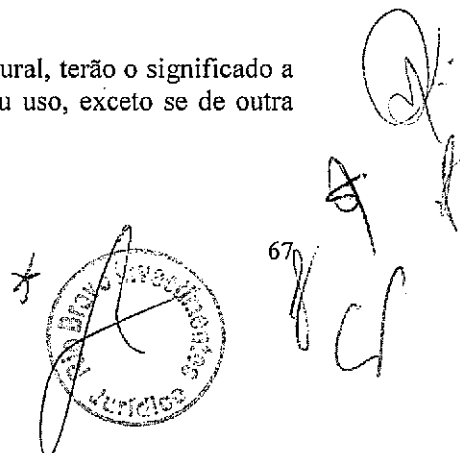
(iii) em decorrência do disposto no item (ii) acima, nos termos do Item (5.6.1) da Cláusula 5 da Escritura de Emissão, as Debêntures passam a ser da espécie com garantia real, na forma do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido verificada a constituição do [Penhor de Ações/Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios/ Penhor de Máquinas e Equipamentos/Penhor de Direitos Emergentes/Penhor de Direitos Creditórios].

**ISTO POSTO**, resolvem as Partes, na melhor forma de direito, nos termos do Item (5.6.2) da Cláusula 5 da Escritura de Emissão, celebrar este "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A." ("Debêntures" e "Primeiro Aditamento", respectivamente), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

#### **CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS**

1.1. Os termos aqui iniciados em maiúsculas, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente Primeiro Aditamento.

67



## **CLÁUSULA II REGISTRO DO ADITAMENTO**

2.1. Este Primeiro Aditamento será registrado na JUCEC, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

## **CLÁUSULA III ALTERAÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

3.1. As Partes, por meio deste Primeiro Aditamento, acordam em:

3.1.1. Alterar a integralidade da Escritura de Emissão, considerando que as Debêntures que antes eram da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, passam a ser da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória. Desta forma, todas as cláusulas que mencionavam que as Debêntures eram da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, são alteradas para indicar expressamente que as Debêntures são da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

3.1.3 Alterar o *caput* da Cláusula 3 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, em série única, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476, conforme o disposto nesta Escritura de Emissão ("Emissão" e "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:"*

3.1.4. Alterar o Item (5.1.3.1) da Cláusula 5. da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"5.1.3.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações."*

## **CLÁUSULA IV DAS RATIFICAÇÕES**

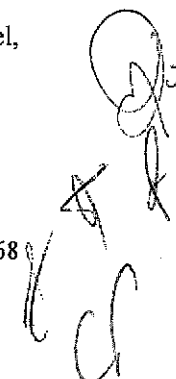
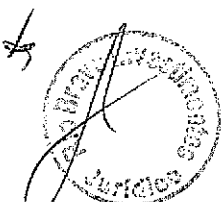
4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura de Emissão e não expressamente alterados por este Primeiro Aditamento, incluindo, sem se limitar, as declarações da Emissora e dos Intervenientes, previstas na Cláusula 11 da Escritura de Emissão, bem como as obrigações adicionais da Emissora e dos Intervenientes previstas nos Itens (8.1), (8.1.2) e (8.3) Cláusula 8 da Escritura de Emissão.

## **CLÁUSULA V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. As obrigações assumidas neste Primeiro Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

5.2. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

68



5.2. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Primeiro Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Primeiro Aditamento, as Partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Primeiro Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

5.3. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5.4. As Partes reconhecem este Primeiro Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

5.5. Para os fins deste Primeiro Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

5.5. Qualquer alteração a este Primeiro Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

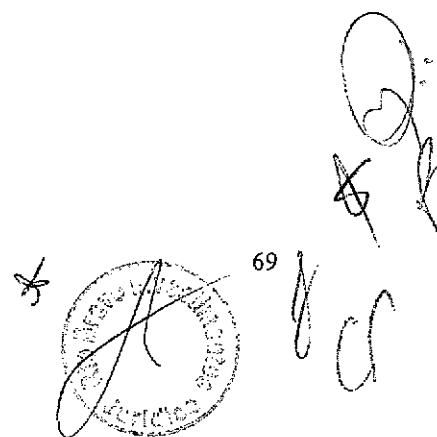
5.6. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Primeiro Aditamento.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de [●].

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*

69

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is partially obscured by a large, bold handwritten 'X' and the number '69' is written to its right. There are also other smaller handwritten marks and initials scattered around the stamp area.

**GERADORA EÓLICA BONOS VENTOS DA SERRA I.S.A.**

Cargo:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

70

*(Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.- 2/7)*

**SERVTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_


Cargo: \_\_\_\_\_

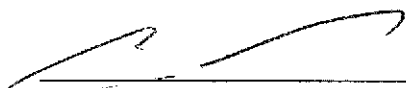
[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100


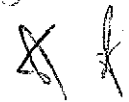
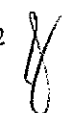
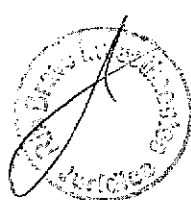
*(Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. 3/7)*

**RIO BRAVO ENERGIA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**  
neste ato representado por sua gestora, Rio Bravo Investimentos Ltda.

  
Nome: **EROS HENRIQUES DALME**  
Cargo:

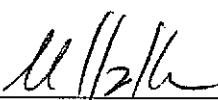
  
Nome:  
Cargo: **Charles Lagana Putz**

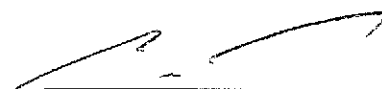
[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

  
  
72   


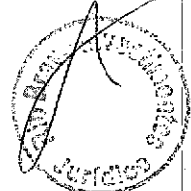



*(Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. - 4/7)*

**BRAVE WINDS GERADORA II S.A.**

  
Nome: **EROS HENRIQUES DALMEIDA**  
Cargo:

  
Nome:  
Cargo: **Charles Lagana Putz**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

  
73  
  
  


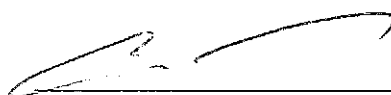


*(Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. - 5/7)*

**BRAVE WINDS GERADORA III S.A.**



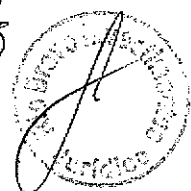
Nome: **EROS HENRIQUES DALKE**  
Cargo:



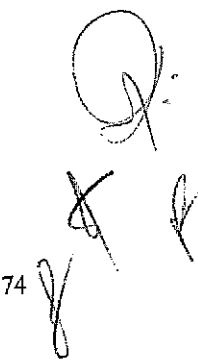
Nome:  
Cargo:

**Charles Lagana Putz**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



74



*(Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. – 6/7)*

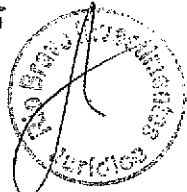
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

75



Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

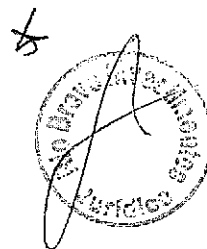
*(Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.)*

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



76

*[Handwritten signatures and initials]*

## Anexo II

### Modelo da Carta de Fiança

#### CARTA DE FIANÇA Nº [●]

[●], [●]/[●]/201[●].

À

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

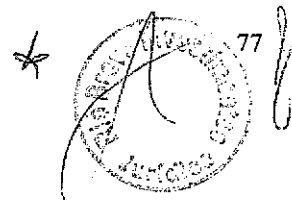
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Ref.: CARTA DE FIANÇA Nº [●]

Prezados Senhores,

Por este instrumento, o [●], instituição financeira, situada na Cidade do [●], Estado do [●], no endereço [●], CEP [●], inscrita no CNPJ sob o nº [●], por seus representantes legais, obriga-se como FIADOR e principal pagador, a cumprir as obrigações assumidas pela DEVEDORA, **GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Santos Dumont, nº 2.088, sala 407, Bairro Aldeota, CEP 60150-161, inscrita no CNPJ sob o nº 14.080.223/0001-10, no âmbito da **Primeira Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. ("Emissão")**, cujas condições e características são descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.", celebrado em [●], entre a DEVEDORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO (conforme abaixo definido), a ser devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC"), conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Escritura de Emissão"), Escritura de Emissão esta que o FIADOR declara conhecer e pela qual a DEVEDORA emitiu 1.030 (mil e trinta) debêntures ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 10.300.000,00 (dez milhões e trezentos mil reais) na data de emissão das Debêntures, sendo limitada a responsabilidade do FIADOR ao total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e devida nos termos da Escritura de Emissão, acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, conforme abaixo qualificado, e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução desta Carta de Fiança e das garantias reais previstas na Escritura de Emissão, ou na execução dos atos necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes da Escritura de Emissão ("Valor Garantido").

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até [●] de [●] de 2017 [dois anos da data da emissão da carta], em favor dos titulares das debêntures objeto da Emissão,



representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO: **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, renunciando o FIADOR aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da fiança depende sempre da anuência prévia do FIADOR, e responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DEVEDORA, comprometendo-se, na hipótese de inadimplemento por parte da DEVEDORA, a honrar o Valor Garantido dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir da comunicação feita por escrito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada ao FIADOR, no endereço [•]

Todos e quaisquer pagamentos realizados pelo FIADOR aos Debenturistas serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, ou de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo o FIADOR pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

A presente carta de fiança será registrada no competente Cartório de Registros de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório"), nos termos do artigo 129 da Lei de Registros Públicos. O FIADOR enviará ao AGENTE FIDUCIÁRIO 1 (uma) via original da presente carta de fiança, ou ainda de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, em até 5 (cinco) dias após a obtenção dos registros nos Cartórios.

O FIADOR declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Isto posto, firma esta em 1(uma) via original e 2 (duas) cópias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

**FIADOR(A):**

\_\_\_\_\_ [•]

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

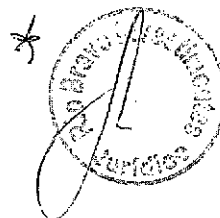
\_\_\_\_\_  
RG:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

\_\_\_\_\_  
RG:

\_\_\_\_\_  
CPF:



### ANEXO III

#### Forma de Cálculo do ICSD

#### ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em um determinado Ano de Referência (ARef) é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade no Ano de Referência somada ao saldo final de Caixa do Ano Anterior pelo Serviço da Dívida do Ano de Referência, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas da EMISSORA, a saber:

##### A) SALDO DE CAIXA INICIAL:

Caixa Líquido ao final do ano anterior ao ARef – Item Disponibilidades/Aplicações Financeiras do Ativo Circulante ou do Ativo Realizável a Longo Prazo das demonstrações financeiras auditadas da EMISSORA, não considerando os saldos da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, bem como da Conta Reserva de O&M, de titularidade da EMISSORA, mas considerando o saldo existente na Conta Reserva Especial de titularidade da EMISSORA, com base nas informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas do ano anterior da EMISSORA.

##### B) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef:

- (+) EBITDA AJUSTADO do ARef, calculado de acordo com o item (E)
- (-) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social apurada no exercício, líquidos de diferimentos<sup>1</sup>
- (-) Distribuição de capital a qualquer título<sup>2</sup> prevista para o Ano Seguinte ao ARef

##### C) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef<sup>3</sup>:

- (+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal no ARef exceto os referentes ao “Subcrédito Social”
- (+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros no ARef exceto os referentes ao “Subcrédito Social”

##### D) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef:

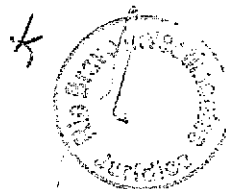
(A) + (B) / (C)

##### E) EBITDA AJUSTADO DO ARef<sup>4</sup>:

<sup>1</sup> Se os valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social registrados como despesa no exercício corrente for inferior ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, este resultado não deve ser considerado no cálculo do ICSD

<sup>2</sup> Sob forma de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização ou juros de dívida subordinada ou redução de capital ou devolução de adiantamento para futuro aumento de capital.

<sup>3</sup> Dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada.

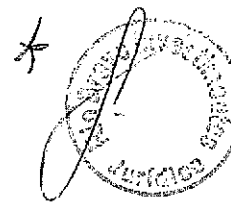


- (+) Lucro Líquido
- (- ou +) Despesas Financeiras e Receitas Financeiras Líquidas
- (+) Provisão para IR e CS
- (- ou +) Resultado de Itens não Recorrentes após tributos<sup>5</sup>
- (+) Depreciação, Amortização, Exaustão

---

<sup>4</sup> Todas as parcelas para o cálculo do EBITDA AJUSTADO são referentes às demonstrações financeiras do Ano de Referência (ARef). O cálculo do EBITDA AJUSTADO deve respeitar os preceitos da Instrução CVM nº 527 de 04/10/2012 emitida pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

<sup>5</sup> Não considerar quaisquer penalidades do Órgão Regulador ou do Poder Concedente como item “Não Recorrente”.



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top and several initials below it.

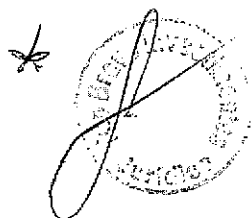
## ANEXO IV

### Forma de Cálculo da Projeção do ICSD

Para fins desta Escritura de Emissão, anualmente, após a publicação das demonstrações financeiras anuais, consolidadas e auditadas da Emissora, relativas ao encerramento do exercício anterior, não ultrapassando o dia 30 de maio do ano corrente, o Agente Fiduciário fará teste de verificação da projeção do ICSD, projetado para o ano em curso da Emissora, devendo o mesmo respeitar os patamares mínimos indicados nas alíneas "s" e "t" do Item (8.1) da Escritura de Emissão.

Para fins de cálculo da projeção do ICSD, este indicador em um determinado ano de referência ("ARef") (obs. "a") é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade projetada no ano de referência somada ao saldo final de caixa do ano anterior ao ano de referência (com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais, consolidadas e auditadas, da Emissora) pelo serviço da dívida projetada do ano de referência, a saber:

- (A) Saldo de Caixa final do ano anterior ao ARef:  
Caixa Líquido ao final do ano anterior ao ARef: Item Disponibilidades/Aplicações Financeiras do Ativo Circulante ou do Ativo Realizável a Longo Prazo das demonstrações financeiras auditadas do ano anterior ao ARef, incluindo-se o saldo da Conta Reserva Especial, mas não os saldos da Conta Reserva de O&M, da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES e da Conta Reserva do Serviço da Dívida de Debêntures.
- (B) Geração de caixa da atividade projetada no ARef (obs. "b"):  
(+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item "E" abaixo  
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social devidos (líquidos de diferimentos) no ARef (obs. "c")  
(-) Investimentos no ARef (obs. "d")  
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ARef (obs. "e")  
(+/-) Resgates/Aportes das/às Conta Reserva de O&M, da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES e da Conta Reserva do Serviço da Dívida de Debêntures no ARef
- (C) Serviço da dívida projetado no ARef (obs. "f"):  
(+) Somatório dos 12 meses de pagamentos de Amortização de Principal projetados para o ARef, exceto aos referentes ao subcrédito "C" do Instrumento de Financiamento BNDES  
(+) Somatório dos 12 meses de pagamentos de Juros projetados para o ARef, exceto aos referentes ao subcrédito "C" do Instrumento de Financiamento BNDES
- (D) Projeção do ICSD no ARef:  
 $(A + B) / C$
- (E) EBITDA projetado do ARef:  
(+) Lucro Líquido  
(+/-) Despesa (receita) financeira líquida  
(+) Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social  
(+) Depreciações e amortizações  
(+/-) Quaisquer outras despesas (receitas) sem efeitos financeiros  
(+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos

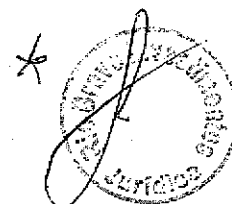




investimentos em sociedades coligadas/controladas

Observações:

- a) O ARef coincidirá com o ano civil;
- b) Todas as parcelas para o cálculo da geração de caixa da atividade, incluindo as parcelas para o cálculo do EBITDA, e do serviço da dívida são projetadas pela Emissora, com base na sua expectativa de fluxo de caixa projetado para o ARef.
- c) Se os valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social projetados como despesa no ARef forem inferiores ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, estes não devem ser considerados no cálculo da projeção do ICSD;
- d) Considera-se como investimento qualquer adição feita ao Ativo Permanente (Investimento, Imobilizado ou Diferido) da Emissora;
- e) A distribuição de capital poderá ser sob forma de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização ou juros de dívida subordinada, redução de capital ou devolução de adiantamento para futuro aumento de capital; e
- f) O Serviço da dívida no ARef representa a dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada.



ANEXO A  
CARTA DO BNDES

84

